



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Letras – IL

Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução – POSTRAD

Rafaela Moreira dos Santos

NORMA LINGUÍSTICA E TRADUÇÃO:

A normatização dos demonstrativos no processo tradutório

Brasília

Agosto de 2013



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Letras – IL

Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução – POSTRAD

NORMA LINGUÍSTICA E TRADUÇÃO:

A normatização dos demonstrativos no processo tradutório

por

Rafaela Moreira dos Santos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. MARCOS ARAÚJO BAGNO

Brasília

Agosto de 2013

DEFESA DA DISSERTAÇÃO

SANTOS, R. M. Norma linguística e tradução: o processo de normatização dos demonstrativos no processo tradutório. Brasília: UnB, Instituto de Letras, 2013. Dissertação de Mestrado em estudos de Tradução.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Araújo Bagno (Presidente)

Prof^a Dr^a Patrícia Vieira Nunes Gomes (Examinadora Externa)

Prof. Dr. Mark David Ridd (Examinador Interno)

Prof^a Dr^a Alice Maria de Araújo Ferreira (Suplente)

Ao meu orientador Marcos Araújo Bagno,
que me inspira.

Àqueles que, como eu, veem tanto na forma
de falar quanto na forma de escrever algo
muito além de uma expressão linguística
veem uma expressão social que necessita
ser reconhecida e respeitada por todos.

Hoje me sinto mais forte,
Mais feliz, quem sabe
Só levo a certeza
De que muito pouco
sei, Ou nada sei

Almir Sater, *Tocando em frente*

AGRADECIMENTOS

À Universidade de Brasília,

mais especificamente, ao Departamento de Letras Estrangeiras e Tradução, onde tive a oportunidade de desenvolver meus estudos. E, principalmente, ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (POSTRAD), por possibilitar o meu aprimoramento nos estudos de tradução. E à Biblioteca Central (BCE), minha segunda casa.

À CAPES, pela Bolsa de Estudos que me ofereceu condições para a realização desta pesquisa.

Ao sr. Fabio Weintraub, das Edições SM, pela gentil cessão dos textos iniciais das traduções dos livros analisados.

À tradutora Silvana Corbucci, pela cessão generosa dos arquivos originais de suas traduções feitas para a Editora Martins Fontes.

Ao Marcos, meu ilustríssimo orientador, uma pessoa que me acolheu sem conhecer o meu trabalho e que durante todo esse tempo me fez crescer pessoal e profissionalmente com suas observações.

Aos professores do departamento e do programa, em especial Ana Helena Rossi e Jean-Claude Miroir, pois me fizeram sentir os primeiros passos da pesquisa acadêmica.

Ao professor Júlio César Neves Monteiro, pelas contribuições dadas no Exame de Relatório de pesquisa.

Aos meus pais, Adilson e Ivone, que contribuíram (e contribuem) diretamente para a construção da minha vida pessoal e profissional.

Aos meus irmãos, Marlos e Tiago, que foram (e são) o meu espelho e sempre me incentivaram para a vida acadêmica.

À minha família de um modo geral, avós, tios e primos, que sempre me transmitiram com seus sorrisos estímulos para uma admiração.

Ao grande amigo Dennys, com quem compartilho tristezas e alegrias acadêmicas desde os tempos da graduação.

À minha amiga da década de 90, Camila, que sempre me acompanhou nos momentos mais difíceis.

A todos os meus amigos que souberam entender o motivo de minha ausência durante todo esse tempo.

Ao meu grande amor, Alexandre, que sempre esteve comigo.

RESUMO

A concepção da tradução como uma atividade social submetida a etapas de avaliação e interferências múltiplas supõe a presença de vários agentes na produção do texto final traduzido. Do tradutor ao mercado existe uma linha de produção textual na qual o texto vai sendo constantemente modificado. Esse caminho percorrido pelo texto submetido à incidência sucessiva de várias representações de *normas* em sua produção é invisível ao público. Esta pesquisa tem como objetivo examinar o percurso da tradução de seis livros infantojuvenis traduzidos do francês para o português, verificando de que maneira as concepções normativas dos agentes produtores do texto traduzido incidem no processo tradutório e como se organizam nesse percurso, definido como processo de *normatização*. Para esse exame, foi analisado o emprego dos demonstrativos *este/esse* e respectivas flexões. A pesquisa é feita através da análise e coleta de dados do *corpus* em sua tradução inicial (T_1) até a sua chegada ao mercado consumidor, a tradução final publicada (T_2). Visamos mostrar como, nesse percurso, sob a ótica das discussões contemporâneas sobre *norma* linguística e representação normativa, ocorre o processo de normatização dos demonstrativos *este/esse* e suas flexões. Apesar das ponderações da tradição normativa acerca da dificuldade de delimitação de regras para o emprego dos demonstrativos, o que se verifica, na análise das ocorrências, é uma substituição quase sistemática do demonstrativo *este* por *esse*. O trabalho busca contribuir para uma nova abordagem sociolinguística da tradução no século XXI, com ênfase no estudo da incidência das representações de norma linguística no processo tradutório.

PALAVRAS CHAVES: tradução; norma linguística; representação de norma; demonstrativos do português

RÉSUMÉ

La conception de la traduction comme une activité sociale soumise aux étapes d'évaluations et de multiples interférences suppose la présence de plusieurs acteurs dans la production du texte final traduit. Du traducteur au marché il existe une filière de production textuelle où le texte se voit constamment modifié. Ce chemin parcouru par le texte soumis à l'incidence successive de plusieurs représentations de *normes* sur sa production est invisible au public. Cette recherche a pour but d'examiner le parcours de la traduction de six livres de littérature pour enfants et jeunes traduits du français en portugais. On examine la façon dont les conceptions normatives des acteurs producteurs du texte traduit incident sur le processus traductif, ainsi que la façon dont elles s'organisent le long de ce parcours, défini en tant que processus de *normalisation*. Pour ce, on a analysé l'emploi des démonstratifs *este/esse* et leurs flexions. La recherche se fait par l'analyse et le recueil de données du *corpus* en sa traduction initiale (T₁) jusqu'à l'arrivée du livre sur le marché, c'est-à-dire, la traduction publiée (T₂). On vise à démontrer comment, sur ce parcours, depuis la perspective des discussions contemporaines sur la *norme* linguistique et sur les représentations normatives, a lieu le processus de normalisation des démonstratifs *este/esse* et leurs flexions. Malgré les pondérations de la tradition normative quant à la difficulté de délimitation de règles pour l'emploi des démonstratifs, ce que l'on constate, après l'analyse, est un remplacement presque systématique du démonstratif *este* par *esse*. Ce travail cherche à contribuer à une nouvelle approche sociolinguistique de la traduction au XXI^e siècle, soulignant l'étude de l'incidence des représentations de la norme linguistique sur le processus traductif.

MOTS-CLÉS : traduction ; norme linguistique ; représentation des normes ; démonstratifs du portugais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Capítulo 1	
O QUE É NORMA LINGUÍSTICA?	5
1.1. Conceito de norma.....	5
1.2. Muito além do linguístico	7
1.3. Norma em sociedade	8
1.3.1. Émile Durkheim	9
1.3.2. Michel Foucault	10
1.3.3. Seria possível uma sociedade sem normas?	11
1.4. A norma na linguagem	12
1.4.1. A Sociolinguística e a norma.....	13
1.4.2 Eugenio Coseriu	14
1.4.3. Celso Cunha	15
1.4.4. Carlos Alberto Faraco	16
1.4.4.1. Norma	17
1.4.4.2. Norma culta	17
1.4.4.3. Norma padrão	18
1.4.5. Dante Lucchesi.....	19
1.4.6. Marcos Bagno.....	20
1.5. A norma e suas variações	22
1.6. Por um conceito de norma linguística.....	22
1.7. Conclusão.....	23
Capítulo 2	
NORMA LINGUÍSTICA E TRADUÇÃO	26
2.1. Considerações iniciais.....	26

2.2. A Sociolinguística na tradução.....	27
2.3. O mercado de tradução	29
2.4. Tradução: um processo comercial	30
2.5. Agentes normatizantes	31
2.5.1. Copidesque	32
2.5.2. O preparador.....	32
2.6. A representação de norma na tradução comercial.....	33
2.7. Tradução: uma atividade condicionada.....	34
2.8. Conclusão.....	37

Capítulo 3

DEMONSTRATIVOS: UM CASO DE NORMATIZAÇÃO NA TRADUÇÃO.....	38
3.1. O processo de normatização na tradução	38
3.2. Por que os demonstrativos?.....	39
3.3. Os pronomes demonstrativos	40
3.2. Conceito de demonstrativo	40
3.2.1. <i>Moderna gramática portuguesa</i> (1999)	41
3.2.2. <i>Gramática Houaiss da língua portuguesa</i> (2008).....	42
3.2.3. <i>Nova gramática do português brasileiro</i> (2010).....	44
3.2.4. <i>Gramática pedagógica do português brasileiro</i> (2011a)	46
3.3. Abordagem geral dos demonstrativos	49
3.4. A análise dos dados	50
3.4.1. Delimitação do <i>corpus</i> de análise	50
3.4.2. Metodologia de análise	51
3.4.3. <i>Dez anos e nove meses</i>	53
3.4.4. <i>Cem números para sonhar um mundo diferente</i>	54
3.4.5. <i>Tantã</i>	56
3.4.6. <i>Moby Dick</i>	57

3.4.7. <i>Meu avô era uma cerejeira</i>	59
3.4.8 <i>Fábulas por telefone</i>	60
3.5 Constatações gerais das análises dos livros.....	61
CONCLUSÃO	64
BIBLIOGRAFIA	67

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1960, a reflexão sobre tradução começou a conquistar mais espaço dentro das instituições federais nos cursos de Letras e nas publicações acadêmicas em revistas. Desde então, muitas têm sido as contribuições para ampliar e consolidar esse espaço.

Os estudos de tradução no Brasil vêm se desenvolvendo cada vez mais em novas pesquisas. Os olhos dos pesquisadores buscam observar a tradução enquanto *processo*. E esse processo pode ser apreendido em vários âmbitos, tanto no do autor do original quanto no do tradutor, intensificando o abandono gradual da prática convencional de estudar a tradução em sua superficialidade, preocupando-se somente com o que é ‘certo’ ou ‘errado’ na escolha do tradutor ou se está ‘fiel’ ao original.

A produção editorial brasileira é grande. Uma pesquisa realizada anualmente pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e pela Câmara Brasileira do Livro (CBL) apresenta números que fornecem um panorama completo do mercado editorial no país¹. Em vinte anos, desde a década de 1990, em que eram produzidos 22.479 títulos e vendidos 212.206.449 exemplares, até os dias atuais, esses números praticamente triplicaram: no ano de 2011 (referente a 2010) foram 58.192 títulos publicados e 499.796.286 exemplares vendidos. Chama a atenção o fato de que uma grande parte dessa produção é composta de traduções.

De acordo com o que se vê nos números, percebe-se que o Brasil é um país que produz e consome muita tradução. Portanto, é oportuno mencionar esse fenômeno de produção que chama a atenção para uma atividade ainda tão pouco conhecida no Brasil: o processo de *tradução comercial*.

Esse trabalho consiste num estudo de caso e numa pesquisa com objetivo descritivo, visando contribuir para o desenvolvimento de novas pesquisas no campo da tradução – tendo em vista uma densificação crescente do entrelaçamentos dos estudos linguísticos e tradutológicos.

O foco da pesquisa é a análise do processo de normatização dos demonstrativos na tradução, e sua ênfase está no estudo da representação de norma. O problema estudado está centrado na relação tradutor-editora-público. Previamente, quando observamos o texto

¹ Ver tabela completa no site do SNEL. Disponível em: <<http://www.snel.org.br/dados-do-setor/producao-e-vendas-do-setor-editorial-brasileiro/>> Acesso em: 1 de abril de 2013.

inicial (T¹) e o final (T²), podemos afirmar a primeira constatação: os editores fazem mudanças nos textos. Desse modo, podemos classificar os editores como ‘*agentes normatizantes*’ e as mudanças como ‘*interferências normatizantes*’, ou seja, eles interferem no percurso de produção da tradução até ela ser publicada e vendida nas livrarias.

Sabendo que essa produção é dinâmica e admite interferências, nos perguntamos sobre o tipo de interferência que ocorre, pois os textos podem ser modificados em seus aspectos gráficos e linguísticos, principalmente. Portanto, a finalidade geral é analisar e discutir as formas de interferência que dizem respeito às questões linguísticas, somente. A pesquisa foi feita por meio da análise do *corpus* em dois âmbitos: o do tradutor (T¹) e o da tradução final publicada (T²) visando esclarecer tanto o processo de produção da tradução quanto uma prática na atividade tradutória editorial.

Faz-se necessário correlacionar a prática tradutória a uma prática comercial, tendo em vista as inúmeras abordagens que extraem a tradução do seu próprio meio para uma possível análise, retirando ou ignorando as condições de produção social inerentes à existência dessa atividade. Aqui, a tradução é apresentada como uma atividade *social*, até mesmo *coletiva*, abandonando-se a concepção de senso comum de que o ato de traduzir é um ato individual e que o tradutor, sozinho, consegue responder a todos os questionamentos levantados.

A análise da tradução está centrada em seu próprio processo de produção. Ora, primeiramente, trataremos da atividade tradutória editorial, estamos no campo da tradução literária no Brasil, o que nos permite levantar várias questões a seu respeito, pois pouco se conhece do seu processo: Como se inicia uma tradução? Como é o processo de escolha do que vai ser traduzido? Quem delimita o que deve ser ou não traduzido? Qual é o caminho percorrido pela tradução ao entrar na editora?

A partir dessas perguntas desenvolveremos as análises da tradução comercial, buscando compreender esse processo interno de produção de um tradução.

A prática da análise linguística constitui um instrumento capaz de revelar a organização do texto escrito, um trabalho que estuda o texto como o resultado de opções lexicogramaticais feitas tanto pelo autor como também pelos editores, nesse caso.

A análise linguística dessa dissertação está pautada na observação do processo de normatização dos demonstrativos na atividade social tradutológica. Esse é o foco da

pesquisa. Sabendo que, antes de tudo, a tradução é uma operação linguística, um fenômeno linguístico, é incontornável analisá-la como tal.

A aplicação dos estudos linguísticos à tradução não é uma prática recente, porém, dentre as inúmeras aplicações, quase nada há sobre *norma linguística* e tradução. Esse estudo se configura como uma nova abordagem sociolinguística da tradução, fundamentando-se, principalmente, no âmbito das discussões, desde o século XX, em torno da *norma* linguística.

A discussão em torno do conceito de norma linguística permite desvendar, na medida do possível, o significado que ela assume na tradução comercial por meio do processo de edição. Partimos do pressuposto de que a noção de *norma* se bifurca entre os campos discursivos da *normalidade* e da *normatividade*. O primeiro se refere aos usos habituais da língua; já o segundo, às prescrições para sua padronização. Porém, a língua enquanto entidade heterogênea é composta por variedades que estão submetidas às suas próprias normas, dotadas de organização e valorização social (de acordo com os grupos) e proporcionam o prestígio ou, na maioria dos casos, a estigmatização social.

Embora as discussões sobre norma, nos estudos sociolinguísticos clássicos, estejam centradas na comunidade de fala, aqui elas serão aplicadas em *corpora* escritos. O processo de tradução é um rico acervo para pesquisar a sistematicidade de representações normativas, tendo em vista as várias normas incidentes na produção do texto final traduzido.

No caso da tradução, a representação das normas se entrelaça: o tradutor como criador do texto se distancia dele ao entregá-lo à editora, onde os agentes normatizantes (revisores, preparadores, diagramadores, *copydesk* etc.) fazem interferências conforme suas respectivas representações de *norma*, substituindo indistintamente, no caso que nos interessa, os demonstrativos do sistema ternário.

Os agentes *normatizantes*, em determinados casos, prezam por formas consideradas mais ‘corretas’ de escrever e priorizam as prescrições tradicionais sobre o uso dos demonstrativos. Porém, nem sempre essa escolha pela forma mais ‘correta’ está plenamente de acordo com as regras gramaticais convencionais, o que explica escolhas arbitrárias e, portanto, representações de norma motivadas por razões pouco definidas, às vezes por acatar a chamada ‘norma culta’, ou por se entender que se está agindo de acordo com a gramática normativa.

Partindo de uma perspectiva sociodiscursiva dos fenômenos da linguagem na tradução, desenvolveremos uma análise dos demonstrativos do português clássico (sistema ternário) em comparação com a prática de escrita do português brasileiro culto contemporâneo, a fim de caracterizarmos a configuração em que se encontram no uso contemporâneo da língua.

Existe um distanciamento entre o que a tradição normativa prescreve e a prática falada e escrita dos demonstrativos no uso efetivo da língua. Por isso, esses pronomes foram analisados a partir da observação dos seguintes fatores linguísticos: funções adjetivas e substantivas dos pronomes; referências e usos exofóricos e endofóricos. As discussões não estão pautadas no âmbito tradicional do “erro”. Os exemplos não serão avaliados sob o aspecto de “certo” ou “errado”.

Procedidas as análises, pudemos verificar como a representação de norma oscila de uma editora para outra, como as escolhas dos *agentes normatizantes* estão restringidas, principalmente, ao uso dos demonstrativos do grupo *-ss-* (*esse/essa/isso*) e, por consequência, quase não utilizam os do grupo *-st-* (*este/esta/isto*).

A dissertação está estruturada em três capítulos. Primeiro, o leitor encontrará uma discussão em torno do conceito de norma. Segundo, propõe-se uma associação do conceito de norma linguística com a prática tradutória. Na terceira parte, esclarecida a relação entre norma linguística e tradução, busca-se compreender o processo de normatização dos demonstrativos nas retextualizações da produção final de uma tradução publicada: serão observadas as tabelas e os quadros de exemplos de uso dos demonstrativos.

Encerrando o trabalho, as considerações finais da pesquisa.

CAPÍTULO 1

O QUE É NORMA LINGUÍSTICA?

1. Conceito de *Norma Linguística*

1.1. Conceito de Norma

Dentre as várias concepções existentes de *norma*, poderíamos defini-la como uma *regra*. Visivelmente, essa definição é muito vaga e não nos deixaria avançar na discussão teórica, iniciada no século XX, em torno da norma no que diz respeito, principalmente, a sua aplicação à língua. Portanto, a *regra* pode ser entendida, inicialmente, como uma noção de norma difundida pelo senso comum.

Os estudos sobre a questão da norma estão em vários campos. Porém, de modo geral, podemos entender inicialmente o conceito de *norma* como um acordo social e impositivo que pode conter uma especificação técnica ou outros critérios precisos desenvolvidos para serem utilizados consistentemente como uma regra, diretriz ou definição. As normas podem suscitar a ilusão social de uma vida mais simples, seja para os que as produzem ou para os que tenham que cumpri-las (o que nem sempre acontece no tocante à língua). Também se configuram pela intenção de que os comportamentos dentro de uma comunidade se desenvolvam com regularidade. Supostamente, norteiam seres humanos a práticas ideais até culminarem a uma prática (comum) geral.

No entanto, para compreender o conceito de *norma* é necessário sair das generalidades que o termo evoca e buscar suas raízes, pois retomaremos o termo dentro da realidade de sua criação. Portanto, para que essa discussão científica em torno da *norma* se inicie, buscamos os apontamentos iniciais do termo no *Dicionário Latino-Português* (SARAIVA, 2000):

Nōrmă, ãe, s. ap. f. (de *γνωρμος*) VITR. Esquadria, esquadro (instrumento de tirar ângulos). Fig. CIC. HOR. PLI N J. Regra, norma, modelo, exemplo.

Verifica-se, também, uma referência à palavra em grego, porém sem equivalente exato. Em “Usos, julgamentos e prescrições linguísticas”, Alain Rey (2002) descreve a *norma* como originária do latim, traduzido do grego *gnomon*, “esquadro”, e desempenha o mesmo papel em relação ao ângulo “reto”. Podemos verificar que o termo em sua concepção latina é na origem um modelo geométrico. E, portanto, está correlacionado inicialmente à matemática, à exatidão, induzindo à construção da noção de norma baseada na ideia de modelo.

Tendo em vista a necessidade de um entendimento comum a respeito do conceito de norma (o que não se confunde com o senso comum), buscamos no registro mais recente, *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, o que se define então por norma:

Norma *s.f.* (1670) **1** Aquilo que regula procedimentos ou atos; regra; princípio, padrão, lei, <*n. técnicas*> <*n. sociais*> <*n. de redação*> <*n. jurídicas*> **2** Padrão estabelecido, costume **3** Exemplo, modelo, padrão **4** LING GRAM conjunto dos preceitos estabelecidos na seleção do que deve ou não ser usado numa certa língua, levando em conta fatores linguísticos e não linguísticos, como tradição e valores socioculturais **5** tudo o que é de uso corrente numa língua relativamente estabilizada pelas instituições sociais **6** ÁLG raiz quadrada do produto escalar de um vetor por ele mesmo **7** EDIT título abreviado de uma publicação que acompanha o número de cada caderno, para aumentar o alceamento [...] ETIM Lat. *Norma*, *ae* ‘regra, padrão’- SIN/VAR ver sinonímia de costume, modelo e regulamento. (HOUAISS, 2009, p. 1361)

Depreende-se, primeiramente, uma amplitude na definição no que concerne à sua aplicabilidade a outras áreas, mas sempre associada à ideia de modelo, de regulação. A norma apresenta características polimórficas. Pode-se dizer, considerando a definição do *Houaiss*, que ela não é uma entidade natural, mas estabelecida por um grupo (social) determinado e restrito. Os seus preceitos são selecionados em juízo de valoração (definições do que é certo ou errado) e culminam com a padronização de comportamento. Nesse primeiro momento, podemos conceber a *norma* como uma entidade criada por um grupo, selecionada como modelo e regulamentadora de comportamentos.

Por outro lado, embora exista uma ampla associação do termo a várias áreas, as definições encontradas nos dicionários (sejam eles gerais ou etimológicos) são muito restritas para a sua aplicação nas discussões linguísticas. O debate em torno do conceito de norma é dinâmico e vai além das definições propostas: isso se explica pelas multiformas que a *norma* assume ao longo do processo histórico de sua construção.

Antes de ser tratada no âmbito da linguagem, é preciso compreender a norma enquanto uma entidade que também invoca características culturais, políticas, sociais e

econômicas (geralmente omitidas), mas fundamentais para as discussões e também para o entendimento da sua formação e aplicação cotidiana.

1.2. Muito além do linguístico

Nesse sentido, tendo em vista a necessidade de extrapolar o campo meramente linguístico, Bagno (2001, p.11) afirma:

O conceito de norma só pode ser bem apreendido e analisado quando se abandona o campo estritamente linguístico e se recorre a outros pontos de vista, como o antropológico, o histórico, o sociológico, o psicanalítico, o pedagógico, o jurídico etc.

A noção de norma perpassa os diferentes espaços sociais e as mais variadas áreas de conhecimento. É preciso recorrer a outros argumentos para entender o seu uso nas discussões sobre linguagem.

Por isso, propor-se a estudar a norma é compreender primeiro a dinâmica social que a envolve, para depois debruçar-se sobre as suas inúmeras possibilidades de aplicação. Essa transdisciplinaridade comporta a sua essência e deve estar subentendida nos seus usos, mas é esquecida no tão difundido conceito de *norma linguística* utilizado (muitas vezes, inadequadamente) na atualidade.

Não podemos, aqui, tratar da problemática da *norma* em suas múltiplas dimensões. Tendo em vista que a noção de *norma* perpassa os diferentes espaços sociais e áreas de conhecimento variadas, este estudo elegeu como domínio privilegiado a área dos estudos da linguagem, espaço em que o processo histórico da construção da noção de *norma* está associado ao purismo linguístico, às prescrições normativas de como falar bem, a valorações sociais do que é certo ou errado na língua e, como consequência disso, à segregação linguística que provoca a discriminação social e o preconceito linguístico.

Alguns desses conceitos serão desenvolvidos nesse capítulo para que possamos compreender suas implicações na noção de *norma linguística*. Objetivamos, principalmente, desnudar a *norma* em sua integralidade a partir da sua transdisciplinaridade, tendo em vista a grande variedade de abordagens. Sem seguir à risca uma cronologia, busca-se compreender a construção histórica da noção de *norma* e as suas implicações nas relações de linguagem e sociedade.

Ao considerar o domínio eleito, esse primeiro capítulo será desenvolvido com vistas a percorrer a história da norma: primeiro, será apresentada uma abordagem sociológica da norma, passando pelos pensamentos de Durkheim e Foucault, sendo a norma, no primeiro, uma associação a fatos sociais, enquanto, no segundo, traz uma íntima associação à noção de poder. Em seguida, e fazendo contraponto à discussão anterior, será levantada a questão da necessidade da norma na sociedade. Depois, iniciaremos a discussão da *norma* na linguagem, sobretudo nas discussões desenvolvidas no século XX, utilizando-se textos de variados autores.

Essa última abordagem (linguística) é de extrema relevância para a pesquisa, pois é a partir dela que elegeremos um conceito a ser utilizado como base de toda a discussão desse trabalho. Ou melhor, construiremos uma noção geral de norma linguística para facilitar a compreensão da discussão entre as várias acepções de norma: *gramatical*, *culta*, *padrão*, etc.

Esse percurso discursivo tem o intuito principal de definir o conceito de norma, mais especificamente a *norma linguística* e os seus desdobramentos na atualidade, para que possamos compreender a sua aplicação no processo tradutório. Por isso, inicialmente, busca-se visualizar a *norma* em suas múltiplas dimensões: sociais, antropológicas, históricas etc. Depois, entender como a *norma* foi associada à linguagem: como chegou aos discursos convencionais sobre a língua no Brasil? Como em seu processo histórico a norma se associa à segregação linguística? E por que, mais precisamente, a noção de norma está ligada ao purismo linguístico?

1.3. Norma em sociedade

Stanley Aléong (2002) em seu artigo “Normas linguísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica” descreve a sociedade como uma soma de indivíduos, organizada segundo princípios ou regras que enquadram e condicionam o comportamento individual. O princípio de base é o da regulação social que impõe normas sociais ou esquemas de comportamento. Desse modo, a palavra *norma* é empregado no lugar dos termos “regras” e “princípios”. Ou seja, a sociedade não funciona senão com normas e, portanto, precisamos entender como elas são concebidas no âmbito social.

Conforme Gilbert (1996), “o termo *norma* é relativamente recente no uso da teoria social corrente. Os termos mais estabelecidos, ‘costumes’, ‘tradição’, ‘convenção’, ‘lei’

etc., tendem a ser usados para tipos específicos de normas”. Talvez por isso, até hoje, exista essa dificuldade na sua exata definição, pois, em quase todos os registros encontrados, o significado de *norma* remete a vários sentidos e aplicações.

No *Dicionário do pensamento social do século XX*, o mesmo autor descreve a *norma* como uma entidade dual:

Em primeiro lugar, há a ideia de norma como modelo *real* de comportamento, como o que é “normal” no sentido de ser regular ou modelarmente feito por membros de uma população. Em segundo lugar, há a ideia de norma como padrão *prescrito*, como o que é considerado ser, em uma dada população, a coisa a fazer. (GILBERT, 1996, p. 524)

As normas sociais podem ser entendidas como prescrições de comportamento que ditam as regras de funcionamento de uma sociedade. O conceito de *norma social* corresponde a expectativas sociais acerca do comportamento adequado ou correto. A interação entre os indivíduos não se dá ao acaso, pois nas normas encontramos as bases necessárias à interação social. Todos os grupos humanos seguem normas definidas.

De acordo com Gilbert (1996), a ideia de *norma* foi concebida de duas maneiras na teoria social:

As normas sociais são frequentemente associadas a expectativas. Cumpre distinguir duas diferentes espécies de expectativa: as expectativas *predictivas* acerca do que será efetivamente feito por membros de uma população e as expectativas *normativas* ou *deônticas*. As normativas envolvem as crenças em que o comportamento “esperado” deve ocorrer, em algum sentido mais do que meramente predictivo. Os padrões reais são suscetíveis de se associar a expectativas predictivas e os padrões prescritos, a expectativas normativas. (GILBERT, *ibid.*)

Por outro lado, a vida em sociedade também é regida pela regularidade de comportamentos e isso decorre das inter-relações entre os indivíduos, grupos e classes sociais. Essas inter-relações têm características reguladoras e prescritivas. Para compreender melhor a dinâmica social que concebe as normas sociais, iniciaremos essa discussão no âmbito da sociologia, com as ideias e pensamentos de Durkheim e Foucault.

1.3.1. Émile Durkheim

No final do século XIX, no período de formação da sociologia como ciência, Émile Durkheim (1858-1917) definiu como objeto de estudo da sociologia o fato social, este, por seu turno, definido assim:

É um fato social toda a maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coação exterior, ou ainda, que é geral no conjunto de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das suas manifestações individuais. (DURKHEIM, 1978. pp. 92-93)

Ou seja, para Durkheim os fatos sociais são dotados de duas características cruciais: a *exterioridade* em relação às consciências individuais e a *ação coerciva* que exercem sobre essas mesmas consciências, podendo, também, ser assimilados às normas sociais, isto é, como prescrições quanto aos modos de agir, pensar e sentir que não nascem espontaneamente nas consciências individuais, mas são impostas aos indivíduos. A linguagem pode ser entendida como um fato social que, por conseguinte, funciona também como uma norma social. Tal reflexão chegaria, décadas mais tarde, nos estudos sociolinguísticos com a caracterização da língua como um fato social.

Essa concepção de fato social no pensamento de Durkheim tem como principal escopo iniciar o debate sociológico em torno da norma e fundamentar a posterior comparação com outras ideias (Michel Foucault) para, então, formular-se uma analogia entre a concepção moderna de norma social e a norma linguística, levantando questionamentos como: em que medida a norma social se equipara ao fato social? Não seria a *norma linguística* uma derivação da norma social?

1.3.2. Michel Foucault

Segundo Michel Foucault (1926-1984), as formas de exercício do poder funcionam mais com o normal/patológico do que com a *lei*. Na visão do autor, as formas específicas de exercício de poder delimitam o modo como os indivíduos e os grupos agem uns sobre os outros e sobre si mesmos.

Foucault aproxima a noção de norma social à ideia de poder. É o exercício do poder que delimita o modo de agir dos indivíduos em sociedade. As relações de poder são as normas sociais.

O conceito de norma social tem sido vastamente utilizado na sociologia, dando coerência e significado aos comportamentos humanos, sempre se referindo a um sistema de normas coletivas. O significado é construído tanto pelo indivíduo quanto pelo grupo social.

As normas são regras que possuem a finalidade de provocar um comportamento digno de aceitação por parte dos indivíduos que integram a sociedade. São regra que também podem partir da própria natureza humana, de modo que, somente terão validade como elemento constitutivo das relações humanas. Exigem do sujeito interiorização, consciência moral e liberdade de acolhimento, aceitação e execução.

1.3.3. Seria possível uma sociedade sem normas?

Tendo conceituado os termos fundamentais sobre sociedade e normas, investiremos em resolver o problema que estamos discutindo. Afinal, é possível uma sociedade sem normas? Verdadeiramente não existe essa possibilidade, pelo fato de que, na sociedade, à medida que surgem as necessidades, naturalmente nascem e se desenvolvem as normas *sociais* que estão incumbidas de equilibrar as ações individuais e coletivas dos indivíduos, visando preservar a sociedade no seu conjunto e a integridade dos seus membros. Isso mostra a dinâmica complementar entre a sociedade e as normas.

A vida em sociedade é complexa. A pluralidade de pessoas, grupos étnicos, religiosos, políticos e econômicos, enriquece a sociedade através de suas características, sem que exerça uma ameaça à unidade e coesão social devido ao confronto das diferenças. Isso parece exigir que a sociedade disponha de um conjunto de regras capaz de conciliar as diferenças e possibilitar que as relações sejam as mais estáveis possíveis. Existe uma demanda social por normas de comportamento. E essa demanda se faz sentir nas sociedades democráticas em que a pluralidade é tida como uma riqueza, um patrimônio sociocultural a ser preservado que necessita ser regulamentado para que exista.

Nesse sentido, Durkheim descreveu as normas em geral como normas que prescrevem aos indivíduos maneiras de agir, de pensar e de sentir; não nascendo espontaneamente nas consciências individuais, interpelam os indivíduos como se viessem do exterior. Porém, os indivíduos na sociedade reconhecem, aceitam e sancionam essas normas: estão aptos a recebê-las e obedecê-las. Afinal, uma sociedade sem normas levaria o indivíduo ao desespero:

A principal ameaça a que está sujeita a sociedade é justamente o estado da anomia, estado este em que as normas sociais se tornam por demais fracas ou mesmo deixam de existir. A anomia, o enfraquecimento ou a desintegração das normas sociais, seria o mal que ameaçaria as sociedades complexas, nas quais a autonomia crescente dos indivíduos está sempre em tensão com as normas sociais que devem garantir a coesão social. (ALVAREZ, 2002, p. 200)

Alvarez resumindo o pensamento de Durkheim, em seu artigo “Sociedade, norma e poder”, finaliza-o enfatizando a importância da *norma* em sociedade:

A coerção exercida pelas normas sociais pode variar desde a simples desaprovação de outros indivíduos até formas violentas e institucionalizadas de punição. Mas o essencial é que a vida em sociedade só seria possível porque os indivíduos se submetem a essas formas preestabelecidas de conduta, sem as quais a própria existência da sociedade estaria ameaçada. (ALVAREZ, 2002, p. 203)

O sentido das normas sociais, para Durkheim, está no seu papel de mediadoras da coesão social. O comportamento humano, de modo geral, no âmbito social, deve ser orientado pelas normas. Existe uma estreita relação entre as distinções dos vários tipos de normas existentes numa sociedade, no que concerne às normas jurídicas e morais: as primeiras possuem a finalidade de obrigar o indivíduo, que transgrediu as normas morais, a agir corretamente, ou seja, a fazê-lo cumprir as normas morais estabelecidas pela sociedade. Contudo, dentro de uma sociedade, a interação normativa é mútua, seja ela no domínio jurídico, moral ou social, estão todas em constante relação.

A existência de sociedade pressupõe a existência de organização social que, por sua vez, requer regulamentos que possibilitem esta organização. Viver em sociedade é viver sob regras. É necessário um consenso normativo para que os indivíduos convivam com as múltiplas ações individuais numa sociedade.

Após essas análises iniciais sobre o conceito de norma no âmbito da sociologia, as demonstrações das complexas relações de poder que constituem a ideia de norma visam romper a tranquilidade ou a naturalidade de como ela é tratada cotidianamente. O mundo social se define, em grande parte, pela norma social.

1.4. A norma na linguagem

As discussões feitas nos tópicos anteriores dão base para o entendimento da norma na linguagem, uma vez que elas trazem as características essenciais da construção do conceito de norma na linguagem.

Como já mencionado anteriormente, não existe uma sociedade sem normas. E mais: a existência de uma forma de regulação social é uma maneira de manter o equilíbrio social, pois existe uma heterogeneidade de ações individuais. Ou seja, a norma harmoniza a vida em sociedade e, portanto, quando aplicada à linguagem, não foge a esse comportamento regulador.

Sabendo-se que a língua é uma entidade heterogênea, distante de uma realidade unitária e homogênea que, no plano empírico, se constitui de variedades, podemos fazer uma analogia do estudo da norma em sociedade com o estudo da norma na língua, pois tanto a sociedade quanto a língua são entidades plurais e, por isso, fazem surgir instâncias reguladoras que estabelecem, ou visam estabelecer, o equilíbrio e a harmonia entre as práticas sociais e linguísticas.

De acordo com Faraco (2008: 42):

Numa síntese, podemos então dizer que *norma* é o termo que usamos, nos estudos linguísticos, para designar os fatos de uma língua usuais, comuns, correntes numa determinada comunidade de fala. Em outras palavras, *norma* designa o conjunto de fatos linguísticos que caracterizam o modo como normalmente falam as pessoas de certa comunidade, incluindo [...] os fenômenos em variação.

Portanto, o estudo da norma na linguagem requer um exercício de reflexão quanto às várias abordagens encontradas, embora em cada autor prevaleça uma dada definição, todas as definições tangenciam o campo da regularidade. De acordo com Faraco (2008, p. 33), “o conceito de norma, nos estudos linguísticos, surgiu da necessidade de estipular um nível teórico capaz de captar, pelo menos em parte, a heterogeneidade constitutiva da língua.”

1.4.1. A Sociolinguística e a norma

O conceito de norma é um dos principais objetos de interesse da sociologia da linguagem, e não poderia ser de outra maneira, uma vez que a norma é, antes de qualquer coisa, um construto teórico que emerge do exame das relações sociais. Aqui vamos nos valer dessas reflexões para uma análise das relações entre a norma linguística e a prática da tradução comercial.

No século XX, o linguista francês Antoine Meillet (1866-1936) definiu a língua como um fato social e a partir disso afirmou:

Por ser a língua um fato social resulta que a linguística é uma ciência social, e o único elemento variável ao qual se pode recorrer para dar conta da variação linguística é a mudança social. (MEILLET, 1906 *apud* CALVET, 2002, p.16).

Ele percebeu que a mudança linguística está intimamente associada à mudança social. De igual modo, em *A questão da norma culta brasileira*, Celso Cunha (1985), ao destacar as mudanças culturais e sociais do Brasil no século XIX, chegou à conclusão de que

Para estudarmos os estratos sociolinguísticos que se apresentam, para descrevermos a norma idiomática que irradiam, temos necessariamente de concentrar as nossas pesquisas no terreno da dialetologia vertical, da sociolinguística. (CUNHA, 1985, p. 19-21)

A sociolinguística se preocupa com a organização na estratificação social das línguas e nos diferentes parâmetros que na língua variam, de acordo com as classes sociais. O discurso sociolinguista surge em contraponto ao discurso formalista, insistindo nas *funções sociais* da língua e não apenas na sua *forma*.

Trata-se de um estudo pautado nas diferenças e variações linguísticas. Por esse motivo, essa disciplina observa em seus estudos os aspectos sociais e culturais que têm impacto sobre a linguagem verbal. A sociolinguística busca a origem e o porquê da diversidade e da variação linguística existente na fala de uma comunidade.

1.4.2. Eugenio Coseriu

Nos anos 1950, Coseriu propôs a tríade *sistema, norma e fala*, considerando importante diferenciar, nas estruturas que constituem a língua, o que é simplesmente normal ou comum (norma), que abrange tudo que é estabelecido e comum nas realizações linguísticas tradicionais, e o que é oposicional ou funcional (sistema):

O sistema é sistema de possibilidades, de coordenadas que indicam os caminhos abertos e os caminhos fechados de um falar compreensível numa comunidade; a norma, em troca, é um sistema de realizações obrigatórias, consagradas social e culturalmente: não corresponde ao que se pode dizer, mas ao que já se disse e tradicionalmente se diz na comunidade considerada".O sistema abrange as formas ideais de realização duma língua (...) a norma, em troca, corresponde à fixação da

língua em moldes tradicionais; e neste sentido, precisamente, a norma representa a todo momento o equilíbrio sincrônico (externo e interno) do sistema (1979, p.50).

A norma se impõe ao indivíduo limitando sua liberdade de expressão ao restringir as possibilidades oferecidas pelo sistema. Ela não corresponde ao que se pode dizer, mas sim àquilo que habitualmente se diz. Difere, portanto, da norma prescrita pela chamada *gramática normativa*, que considera como normal apenas o uso ‘culto’ da língua.

Na conceituação de Coseriu, uma norma não é superior nem inferior a outra; é apenas igual ou diferente. Pode variar independentemente de rótulos valorativos numa comunidade linguística, seja do ponto de vista diatópico, diastrático ou diafásico. Consiste na maneira como os usuários utilizam o sistema ou código linguístico. Assim, em razão da norma, os falantes priorizam algumas possibilidades de expressão e descartam outras.

Em resumo, a língua ou sistema é entidade abstrata, coletiva e geral, memorizada na mente de todos os falantes de um grupo linguístico; a norma é padrão grupal de uso, é o modo como os usuários se valem da língua preferindo certas formas e preterindo outras; fala é a concretização individual do código linguístico pelos participantes de um ato comunicativo.

Portanto, podemos inferir a partir das proposições de Coseriu que a norma é sempre menos geral que o sistema. É a realização normal do sistema, ou seja, a mais natural, a mais frequente maneira de se dizer algo. Mesmo que o sistema admita várias formas, há uma delas que tanto do ponto de vista do significado quanto da forma é a mais comum — ou seja, uma entidade determinada, explicitamente, por grupos sociais.

Podemos conceber a norma sob os princípios de Coseriu como uma entidade que compõe o sistema, porém o restringe ao limitar as possibilidades de expressão.

1.4.3. Celso Cunha

Cunha (1985), antes de discutir o conceito de norma e, já sabendo da polissemia que o termo invoca, questiona-se: “Que representa uma norma?”, pois ao fundamentar-se nos estudos de Alain Rey, que visava estabelecer os semas comuns e distintivos dos termos polissêmicos e sinônimos (*lei, regra e norma*), compreendeu que, dentre os três termos, somente *norma*, quando aplicado à linguística, apresentava ambiguidade de sentido.

Sob essa dualidade de sentidos, chegar a uma representação exata não é uma tarefa fácil. Com o Iluminismo francês, surgiu o adjetivo *normal* e o seu derivado *normalisé*, “normalizado”. Inicialmente, esse termo tem o sentido ético e, portanto, estava relacionado à regularidade de comportamentos e designava “uma classe normativa que conquistou o poder de identificar a função das normas sociais com o uso que ela própria fazia daquelas cujo conteúdo determinava”².

O próprio adjetivo *normal* surgiu dentro do contexto de segregação de classe e, implicitamente, de valoração social, visto que se referia ao comportamento de um grupo seletivo da sociedade na época (a aristocracia).

Com o decorrer do tempo, esses termos apresentados passam a assumir, progressivamente, o sentido contrário de *anômalo*. *Normal* e *anormal* exprimem conceitos descritivos; *anômalo*, ao contrário, transmigra para a área normativa. De qualquer modo, a noção que esses termos evocam é a associação às regularidades e irregularidades dos fatos linguísticos.

Na tentativa de compreender o que representa a norma linguística na sociedade, retiramos do livro *A questão da norma culta brasileira* (1985) a seguinte passagem, em que o autor associa o termo à uma questão ideológica, manipulada:

A justificação da norma prescritiva é de carácter nitidamente ideológico e baseia-se no conceito de “uso”, manipulado com intenções definidas. A norma passa a identificar-se com o “*bon usage*” da língua, e ambos, ao fim e ao cabo, se confundem com a própria língua, reduzida à parte normativamente legitimada. (CUNHA, 1985, p. 44-45)

Não há nesse autor uma definição exata do conceito de norma, mas Cunha (1985) propôs, com base na teorização de Coseriu, uma distinção entre *norma objetiva* e *norma subjetiva*. Mostrou que, “a palavra *norma* costuma ser empregada em dois sentidos bem distintos: um, corresponde a uma situação objetiva e estatística, fruto da observação; outro, relacionado com uma atitude subjetiva, envolvendo um sistema de valores”.

1.4.4. Carlos Alberto Faraco

Carlos Alberto Faraco em seu livro *Norma Culta brasileira, desembaraçando alguns nós* (2008), coloca em evidência a diferença entre cada um dos conceitos: *norma*, *norma culta*, *norma-padrão* e *norma gramatical*.

² CANGUILHEM, G. *apud* CUNHA, C. O normal e o patológico. Trad. Maria Thereza Redig de Carvalho. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978, p. 209.

1.4.4.1. Norma

Entendendo que a norma linguística nasce dentro de um contexto político e social de Estado e que está associada ao que “já se disse” e tradicionalmente “se diz” numa comunidade, Faraco assim se expressa:

É possível, então, conceituar tecnicamente norma como determinado conjunto de fenômenos linguísticos que são correntes, costumeiros, habituais numa dada comunidade de fala. Norma nesse sentido se identifica com normalidade, ou seja, com o que é corriqueiro, usual, habitual, recorrente (“normal”) numa certa comunidade de fala. (FARACO, 2008, p. 37)

Então, de acordo com Faraco, *norma* é um termo utilizado nos estudos linguísticos para designar os fatos usuais e comuns de uma língua. Ou seja, está associada à normalidade da fala, a como normalmente as pessoas falam numa certa comunidade. Mas também é banalizada como aquilo que se deve seguir, ou seja, a um padrão ou modelo. E, por isso, devemos tomá-la como base para a compreensão das outras normas.

Portanto, a primeira definição de norma dada por Faraco está essencialmente centrada na frequência de usos da língua na fala.

1.4.4.2. Norma culta

Ao tentar definir a *norma culta*, Faraco busca alicerces nos registros da diversidade da nossa língua. A *norma culta* está associada à linguagem urbana comum. Ela é definida como: “a variedade de uso corrente entre falantes urbanos com escolaridade superior completa, em situações monitoradas”. Essas situações podem ser de fala e escrita.

A norma culta também é associada frequentemente à tradição gramatical normativa. Mas a realidade é que ela se aproxima, de fato, à linguagem urbana comum, aquela dos falantes que estão no grupo dos chamados (tecnicamente) *cultos*. O termo *culto* designa falantes com escolaridade superior completa³.

A norma culta é a modalidade escrita empregada na escola, nos textos oficiais, científicos e literários. Baseada na tradição gramatical é a variante de maior prestígio sociocultural. É importante esclarecer que o adjetivo *culto* limita a norma, como bem escreveu Faraco,

³ Definição dada pelo projeto NURC.

Ele diz respeito a certa dimensão da cultura, isto é, à cultura escrita. Assim, a expressão norma culta deve ser entendida como designando a norma linguística praticada, em determinadas situações (aquelas que envolvem certo grau maior de monitoramento), por aqueles grupos sociais que têm estado mais diretamente relacionados com a cultura escrita. (FARACO, 2008, p.56)

Hoje, a norma culta é, na verdade, uma norma comum que, ao ser associada a usos monitorados e situações de escrita, transmite um valor social positivo, recoberto de prestígio social, porém ela precisa ser reconhecida pelos próprios indivíduos, tanto em situações de fala quanto de escrita.

1.4.4.3. Norma-padrão

A definição de língua e sua padronização não compreendem somente critérios puramente linguísticos, mas essencialmente políticos, tendo como alicerces noções culturais que contribuíram para a implantação da norma-padrão no âmbito brasileiro. A consolidação da língua portuguesa como majoritária e oficial foi de extrema relevância para o fortalecimento da noção de *norma-padrão*.

Foi na Europa, nos fins do século XV, que começou a ideia de padronização, que se estendeu à língua. A unificação e a centralização política demandava um projeto padronizador para vários setores da sociedade, dentre eles a língua. Então, estabeleceu-se um padrão de língua para os Estados centralizados modernos, para funcionar como um instrumento de política linguística para conter a diversidade linguística regional e social consolidada na experiência feudal. Nasceu, assim, na Europa renascentista, o que conhecemos hoje como *norma-padrão*.

Cunha (1985:17) descreve o Brasil do período colonial como um gigantesco país rural, com poucas cidades e muitas pequenas vilas situadas no espaço litorâneo, habitadas por pequenos grupos, geralmente europeus, e sem centros culturais relevantes, portanto incapazes de exercer influência linguística/cultural e política nos grandes grupos indígenas que migraram e se fixaram em distantes e espaçados povoados no interior do território nacional.

Houve uma divisão da nação no século XVI em que se tinha, de um lado, os pequenos centros urbanos com seus órgãos administrativos, expostos a maior influência

linguística e cultural da metrópole, onde estavam os integrantes da elite orgulhosos dos valores europeus assimilados e, de outro, os nativos com os seus falares. Era uma situação de intenso contato linguístico de vários dialetos africanos (escravos), indígenas, etc.

Com o passar do tempo, as relações sociais entre esses dois lados foram se distinguindo e, o modo de falar nos grandes centros urbanos foram se impondo e, sutilmente, se sobrepõe aos falares dos grupos mais distantes da cidade. Sob forte influência dos valores vindos da metrópole europeia, os restritos grupos urbanos de prestígio adotaram, como modelo de língua a ser imitado, o padrão escrito literário de Portugal, muito distante tanto dos falares rurais quanto, ainda que em menor grau, das normas urbanas de prestígio.

Essa norma-padrão é, conforme define Bagno (2007), “um construto sócio-histórico que serve de referência para estimular um processo de uniformização”. Não pode ser caracterizada como uma variedade da língua. Está fundamentada na escolha de ocorrências extraídas do uso real da língua para servir de referência, sendo difundida pelas gramáticas normativas.

1.4.5. Dante Lucchesi

Para Lucchesi (2002), a norma tem uma conotação puramente social e de identificação de grupo, de estratos sociais. Sua discussão está pautada na associação da norma à realidade social.

De acordo com Lucchesi, o conceito de norma tem desempenhado um papel importante para o desenvolvimento da teoria linguística voltada para os padrões habituais e coletivos de comportamento linguísticos, pois essas teorias definem tanto os grupos dentro da comunidade de fala, quanto a posição do indivíduo dentro de diversos estratos sociais.

Esse contraste é visível quando partimos para a análise linguística na observação da realidade social. Ele busca identificar o contexto sócio-histórico que engloba a heterogeneidade e a polarização dos padrões de comportamento linguístico no Brasil, sem deixar de reconhecer que existe uma motivação ideológica que subjaz à manutenção de um comportamento linguístico ideal e anacrônico que intenta se superpor à diversidade do real, com a autoridade vetusta dos gramáticos.

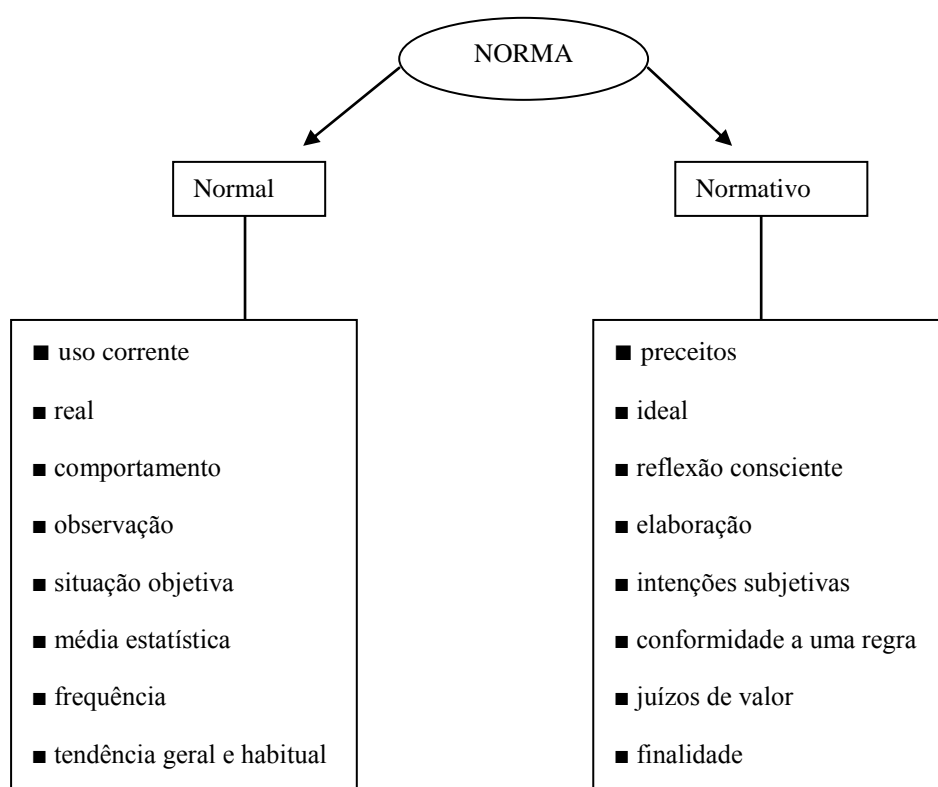
Dante Lucchesi afirma que a realidade linguística brasileira é polarizada. São dois sistemas igualmente heterogêneos e variáveis: *A norma culta* e *a norma popular*.

1.4.6. Marcos Bagno

Assim como todos os outros autores, Bagno (2003) reconhece que conceituar a norma é uma tarefa árdua e dá margem a muita discussão teórica. Ele desenvolve, em seu livro *A norma oculta*, toda uma discussão em torno da norma a partir da definição, já citada mais acima, encontrada no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Destaca a dualidade que esse termo evoca na linguística: “como é possível, num mesmo campo de investigação, usar um único termo para o que é ‘preceito estabelecido’ e para o que é ‘uso corrente’?”

Através dessa percepção e, assim como nos autores anteriores, a norma é apresentada sob o aspecto dual, derivado de dois adjetivos (*normal* e *normativo*), em que o *normativo* está correlacionado à parte mais consciente, em que há presença de juízos de valor, e o *normal* está relacionado ao usual, à frequência de comportamentos observados.

Bagno faz um paralelo entre essas duas acepções e as definições destacadas do dicionário. Para uma melhor visualização, as oposições foram ilustradas assim:



A disposição dos quadros auxilia na visualização da ambiguidade que o termo representa e permite entender como noções contrárias procedem do mesmo vocábulo. Essa

duplicidade de sentidos registrada no dicionário e destacada por Bagno é recorrente e aparece muito claramente no discurso das pessoas em geral, quando falam sobre a língua, seja no campo da investigação ou na abordagem leiga do tema.

No entanto, o que chama a atenção na norma é o fato de ela andar, no discurso do senso comum, acompanhada do adjetivo *culta* — *norma culta* —, o que dificulta a sua definição. Embora o adjetivo qualifique o termo *norma*, ele não modifica nem restringe a dualidade de sentidos que provoca, mas permite novos desdobramentos.

Bagno (2003) alega existir dois conjuntos de ideias debaixo do rótulo de *norma culta*: o primeiro diz respeito a uma língua ideal, baseada no uso de grandes escritores, um modelo abstrato que não corresponde à realidade linguística, à língua praticada pelos falantes. O segundo já não se baseia na abstração, mas, sim, na linguagem concretamente empregada pelos falantes que representam os segmentos mais favorecidos da sociedade.

O grande problema é que a expressão *norma culta* engloba, ambigualmente, as características do normal e do normativo. E ela é empregada no dia a dia, tanto pelo senso comum quanto por estudiosos como expressão sinônima de *norma-padrão*, quando na verdade são conceitos diferentes. Bagno propõe em seus textos a necessidade de limpar o terreno linguístico da *norma*, pois é repleto de ambiguidades que são reproduzidas na fala de estudiosos que não conseguem distinguir uma definição da outra e cometem deslizamentos de sentido.

Para que as pessoas não se deixem levar pelas ambiguidades presentes na expressão *norma culta*, Bagno (2003) propôs uma divisão de conceitos:

A primeira é a “norma culta” dos prescritivistas, ligada a tradição gramatical normativa, que tenta preservar um modelo de língua ideal, inspirado na grande literatura do passado.

A segunda é a “norma culta” dos pesquisadores, a língua realmente empregada no dia-a-dia pelos falantes que têm escolaridade superior completa, nasceram, cresceram e sempre viveram em ambiente urbano.

A terceira é a “norma popular”, expressão usada tanto pelos tradicionalistas quanto pelos pesquisadores para designar um conjunto de variedades linguísticas que apresentam determinadas características [...] que nunca aparecem na fala dos falantes “cultos”. (BAGNO, 2003, pp. 63-64)

Em seguida (p. 68), para cada uma dessas entidades, o autor propõe nomes específicos:

norma-padrão

variedades prestigiadas
variedades estigmatizadas

O objetivo confesso de Bagno, nesse livro, era propor o abandono, nos estudos linguísticos, da expressão *norma culta*, já demasiadamente contaminada, segundo ele, pelos investimentos ideológicos que acabaram por lançá-la no terreno indeciso entre o *nomal* e o *normativo*. No entanto, em trabalho posterior (2012), ele retoma a expressão *norma culta*, utilizando-a para abrigar as “variedades urbanas de prestígio” empiricamente coletáveis. É com base nesse texto de Bagno (2012) que vamos optar pelo uso dos termos *norma-padrão* e *norma culta* como ferramentas de análise em nosso Capítulo 3.

1.5. A norma e suas variações

Cunha, a partir dos princípios levantados por Coseriu no que diz respeito à norma, afirma que a norma, além de fazer parte do sistema e impor limitações a ele, apresenta, mesmo assim, variações:

Pode, sem nenhum rótulo valorativo, variar no seio de uma comunidade idiomática, seja de um ponto de vista diatópico (português de Portugal, português do Brasil, português da Angola), seja de um ponto de vista diastrático (linguagem culta, linguagem popular), seja, finalmente, de um ponto de vista diafático (linguagem poética). (CUNHA, 1985. p.54)

São variações coletivas (ou subcódigos) dentro de um mesmo domínio linguístico que se dividem em dois tipos principais: *diatópicas* (variantes ou normas regionais) e *diastráticas* (variantes ou registros de grupos sociais específicos). As variantes diatópicas caracterizam as diversas normas regionais existentes dentro de um mesmo país e até dentro de um mesmo estado.

O entendimento dessas variações é pertinente para que, na parte prática de análise do processo de normatização dos demonstrativos na tradução, possamos distinguir as representações de norma em relação ao fenômeno da variação.

1.6. Por um conceito de norma linguística

Diante de todas essas discussões apresentadas sobre a norma, podemos inferir nitidamente que o conceito oscila entre duas pontas, apresenta uma dualidade de sentidos, está entre uma perspectiva do normal e uma perspectiva do normativo. A primeira é do interesse da sociolinguística e das práticas descritivas da língua; a segunda é o foco de atenção da gramática normativa e das práticas prescritivas. Mas os dois sentidos permeiam todo e qualquer tipo de discussão em torno da norma.

Na sociedade brasileira contemporânea, as discussões sobre o conceito de norma linguística são difusas, não há definições estáveis, as normas se misturam, dando origem às normas híbridas, em que se confundem prescrições tradicionais e representações do normativo por parte dos diferentes falantes, remetendo às representações de norma que serão apresentadas no Capítulo 2.

É na tradução, enquanto processo social, que o fenômeno da hibridização fica visível e patente, pois diferentes normas incidem sobre o texto traduzido desde sua produção pelo tradutor até sua impressão definitiva e chegada ao mercado. Nesse período de produção, diversos agentes normativos interferem na tradução (individualmente) e muitas vezes em clara oposição às decisões dos tradutores.

Para Faraco (2004, p.38) a *norma linguística* caracteriza-se como o uso comum da língua por determinado grupo: “o conceito técnico de que os grupos sociais se distinguem pelas formas de língua que lhes são de uso comum. Esse uso comum caracteriza o que se chama de *norma linguística* de determinado grupo”. E acrescenta “a norma é um agregado de valores socioculturais”.

Podemos também definir a norma linguística como identidade de um grupo, pois cada grupo estabelece, sobretudo involuntariamente, o seu modo de falar e, conseqüentemente, deixa isso transparecer nos atos oficiais e não oficiais do grupo. Ora, o grupo faz da norma um conjunto de regras de comportamento linguístico que é cotidianamente sustentado pelas práticas linguísticas sociais normais. Não é somente um conjunto de formas linguísticas, mas um agregado de valores socioculturais articulados a elas.

1.7. Conclusão

Percebe-se a dificuldade em torno da definição do que é norma: em todas as análises dos autores apresentados nesse capítulo há a constatação da ambiguidade entre o

uso normal e o uso prescrito da língua. Mas de todos os posicionamentos sobre *norma* é possível extrair duas visões distintas que se sobrepõem: a visão tradicional e a visão contemporânea. A visão tradicional e conservadora trata da *norma linguística* como norma-padrão, prescritiva, enquanto a visão contemporânea prefere ver a *norma linguística* como um fato social que emerge da dinâmica das relações entre os membros de uma sociedade.

Há uma nítida (e inevitável) associação da língua à sociedade. Quando tratamos de questões relacionadas à língua, tratamos do social. Portanto, a norma linguística de que falamos hoje traz uma conotação mais social, política e cultural do que propriamente linguística. Discutir a *norma* na linguagem é mais do que uma questão linguística, é uma questão política:

É importante deixar claro que a ideia de norma, embora nascida no interior do arcabouço teórico estruturalista de inspiração saussuriana, não perde sua vitalidade quando transposta para outros quadros teóricos. E isso por força do que nos impõe a empiria: qualquer modelo teórico da linguagem verbal tem, inexoravelmente, de se posicionar frente à variabilidade supra-individual, ou seja, frente às diferentes variedades que constituem a língua. (FARACO, 2008, p. 37.)

Entender o conceito de norma linguística é reconhecer que existe por trás da defesa de um conjunto padronizado de regras linguísticas um jogo ideológico, que disfarça uma discriminação que é, em tudo, social.

Estudar a norma seja no âmbito da linguística, da sociologia ou da tradução, não deixa de ser mais um esclarecimento sobre as relações entre língua e poder. A principal razão está em que a língua é também utilizada como instrumento de controle e coerção pela classe dominante que detém o poder econômico, cultural e político e que se reflete no uso e aceitação da linguagem.

Como escreveu Bagno (2011a, p. 359):

A criação de uma norma, de um parâmetro, de um modelo de língua ideal tem sido sempre um processo de “objetificação” da língua. Em seu estado “natural” (passe o adjetivo), uma língua é sempre heterogênea, mutante, cambiante, variável, maleável e flexível. O processo de padronização agarra a língua e a retira de sua vida íntima, privada, comunitária, e a transforma numa instituição, num monumento cultural, em veículo de uma política nacional e, em várias ocasiões ao longo da história, de uma política imperial, colonial.

No campo da linguística, o jogo ideológico parece que fica claro: não há um ‘certo’ absoluto, mas apenas conformidade (ou não) a um determinado código convencional —

por exemplo, à chamada ‘norma culta’. No entanto, as discussões levantadas no Capítulo 3 não se limitarão a compreender se o uso do *este* ou *esse* está de acordo com as prescrições normativas ou se condizem com as práticas dos ‘falantes cultos’, mas objetiva identificar a confusão entre essas prescrições e as práticas reais cotidianas.

Este capítulo é, antes de tudo, um afunilamento do apanhado geral sobre a norma. Teve como objetivo definir o conceito de norma linguística, elencando respostas para o porquê da necessidade de entender o conceito de norma. Tudo isso de extrema relevância para que o leitor possa entender a incidência da norma linguística na produção de uma tradução.

O entendimento da norma linguística é de extrema relevância para a compreensão da sua aplicação na prática tradutória. Nessa prática, a norma assume possibilidades de representações e, portanto, precisa ser entendida como uma entidade variável que se concretiza em escolhas individuais, mas fundamentadas em convenções ideológicas.

E, também, além das aplicações sociais, políticas e linguísticas, a compreensão do conceito e de toda a discussão em torno do conceito de norma se encerra, nesse trabalho, na associação com a tradução, onde a norma será estudada sob outro aspecto, o da *representação*.

CAPÍTULO 2

NORMA LINGUÍSTICA E TRADUÇÃO

2.1. Considerações iniciais

A ideia de relacionar estudos de *norma* e estudos de tradução é recente nas pesquisas referentes aos dois domínios. Pouco há no meio acadêmico sobre esse casamento (artigos, livros, pesquisas, entre outros estudos).

No entanto, sabemos que a correlação entre essas duas disciplinas pode sugerir questões pertinentes ainda não levantadas na atividade tradutória, já que, sendo a tradução uma atividade naturalmente submetida a normas, seria interessante observar quais tipos de normas incidem sobre ela (linguísticas, sim, mas também culturais, políticas, ideológicas etc.) e também como elas incidem, pois ainda que a presença normativa seja influente, às vezes ela passa despercebida.

Entretanto, embora exista essa multidisciplinaridade no terreno da norma e tendo em vista toda a história da norma linguística, não podemos deixar de reconhecer que o seu caráter plural (podendo ser estudada em diferentes campos e assumindo em cada qual uma característica/papel singular) só contribui para a compreensão do que conhecemos sobre a aplicação da norma na linguagem.

Norma linguística e tradução está intrinsecamente associado ao primeiro capítulo, pois a compreensão do processo de normatização e da representação normativa só será possível se entendermos a necessidade de normas em sociedade, o caráter social da norma, as várias formas de norma na linguagem, a diferenciação entre a norma na língua escrita e a norma língua falada.

É importante observamos que não existe uma definição consensual de norma linguística. No entanto, para finalidades práticas neste trabalho, foram escolhidos os conceitos de *norma culta* ('normal') e *norma-padrão* ('normativa') apresentados em Bagno (2012) para fundamentar nossas análises.

É necessário delimitar o tipo de tradução que analisamos nessa pesquisa e quais as implicações dessa escolha. É importante ressaltar que não é toda tradução uma produção comercial e que nem todas as traduções comerciais passam pelo mesmo processo pelo qual passaram os livros dessa pesquisa.

Observaremos nesse capítulo que a tradução comercial é uma forma de produção capitalista efetuada por várias pessoas, não pode ser generalizada como uma prática de tradução habitual, daí o rótulo de *comercial*. Essa prática implica vários tipos de interferências no texto, sejam elas de natureza gráfica, linguística ou outra. E é dentro desse contexto que a representação normativa está inserida.

Reconhecido o processo de tradução enquanto uma atividade efetuada por vários agentes, faz-se necessário conhecer quem são esses agentes, como é a disposição de cada um deles dentro da produção comercial de tradução. Quem são os sujeitos autores das modificações do texto traduzido e por quais motivos eles modificam os textos.

Para melhor entendermos essa relação, dividimos o capítulo em três partes: a primeira trata da verdadeira relação entre norma linguística e tradução, quais são as possibilidades de estudo a ser desenvolvidas na intersecção desses dois domínios, qual é o significado da norma na tradução por meio da análise sociolinguística. A segunda parte é a apresentação da tradução enquanto uma atividade comercial que envolve vários agentes (aos quais chamamos aqui de agentes normatizantes) em sua produção. Já a terceira parte refere-se à tradução como um processo de retextualização.

Antes de examinar o processo de normatização do texto traduzido, precisamos compreender a discussão em torno do conceito de norma linguística aplicado à tradução.

Nesse capítulo objetiva-se compreender em seus pormenores o funcionamento da tradução comercial no Brasil. As fundamentações teóricas e as discussões levantadas não permitem fazer uma generalização desse tipo de prática, não podemos afirmar que as traduções comerciais são sempre efetuadas da mesma forma, mas existe geralmente contrato de trabalho baseado em que determinadas práticas são recorrentes. Tem o objetivo de esclarecer também que de uma tradução, feita pelo tradutor, surgem outros textos que já não são mais apenas do tradutor, mas de uma coletividade de agentes. Esses novos textos são produções das quais os tradutores muitas vezes não têm conhecimento e, portanto, ficam nos arquivos das editoras comerciais.

2.2. A sociolinguística na tradução

O século XX foi marcado por importantes contribuições nos estudos linguísticos, dentre elas o reconhecimento da língua como um fato social, inserida num contexto social e cultural do qual não pode se dissociar. Descobertas que ensejaram muitas pesquisas e,

consequentemente, o surgimento da sociolinguística como subárea da linguística. Nesse contexto, os postulados da sociolinguística têm sido cada vez mais utilizados nas análises linguísticas e vêm inovando as pesquisas em outras áreas, “multiplicando suas abordagens e seus terrenos”. (CALVET, 2002, p.12).

Ao relacionar língua e contexto social, Bortoni-Ricardo explica a necessidade da abordagem sociolinguística na tradução:

O estudo das línguas não pode ser dissociado do contexto do comportamento social das comunidades que as usam. Tanto os componentes funcionais quanto os interacionais condicionam a estrutura linguística. Nesse sentido, a teoria sociolinguística ao pressupor a relação dialética entre forma linguística e a função definida no contexto social, sob as normas linguísticas regentes, pode prestar grande contribuição à tradução (BORTONI-RICARDO, 2006, p.112).

No final do século XX, surgiram as primeiras aplicações da sociolinguística aos estudos de tradução, as pesquisas se concentravam na sociolinguística variacionista e na sua implicação na noção de equivalência na tradução. Porém, hoje, uma nova abordagem tem se delineado no campo da tradução: a busca pelo entendimento do processo de normatização na produção do texto final traduzido, como incidem as representações da norma linguística no processo tradutório através da análise das várias etapas de retextualização do texto traduzido (do tradutor ao mercado consumidor) e quais as consequências delas na atividade tradutória.

Poucas são as abordagens que descrevem e avaliam as consequências dos aspectos sociolinguísticos do ato de traduzir. As interferências individuais no texto por meio das representações de norma devem ser analisadas, pois não só contribuem para uma nova visão da tradução, como também enriquecem a discussão sociolinguística contemporânea.

A tradução geralmente não é reconhecida e apresentada como uma atividade social que está inserida numa linha de produção textual com diferentes agentes trabalhando, submetida a etapas de avaliação e interferências na elaboração do texto final traduzido. De forma muito superficial, ainda hoje se enxerga a tradução como uma atividade solitária, e o tradutor como sujeito solitário que dialoga consigo mesmo em suas escolhas, o que contribui para perpetuar a invisibilidade da atividade tradutória.

Em contraposição a essa visão desatualizada, a abordagem sociolinguística na tradução visa não só a explanação do processo de normatização na tradução, mas também apresentá-la como uma atividade socializada, desenvolvida no âmbito das relações

interpessoais, sociais, econômicas e culturais. Ela não pode ser estudada sem levar em conta o seu vínculo social. Esse é um dos motivos por que a tradução como atividade linguística e social tem que ser pensada à luz dos princípios sociolinguísticos.

Portanto, a necessidade da fundamentação sociolinguística se faz presente nessa pesquisa quando observamos que determinadas formas linguísticas são analisadas na tradução por meio do comportamento linguístico-social da comunidade dos editores comerciais em contraposição às prescrições vigentes. Ou seja, quando Bortoni-Ricardo afirma que a sociolinguística pode prestar grande contribuição à tradução, ela entende que o estudo da língua não pode ser dissociado do comportamento social das comunidades que a usam, logo, na tradução, as análises tradutórias não podem estar pautadas somente nas prescrições normativas.

2.3. O mercado de tradução

A economia de um país é formada por cadeias produtivas. As cadeias são constituídas por setores. No caso do livro, os setores são os seguintes: autoral, editorial, gráfico, produtor de papel, produtor de máquinas gráficas, distribuidor, atacadista, livreiro, bibliotecário. A interface entre firmas/empresas de pelo menos dois desses setores forma um mercado. A definição de senso comum para “mercado do livro” é constituída pelos setores editorial e livreiro, intermediado ou não pelo setor distribuidor.

A tradução de obras literárias solicitada por editoras é a atividade considerada por muitos como a mais tradicional dos tradutores, não só no Brasil, mas em todo o mundo. De fato, a importância do mercado editorial brasileiro não pode ser negada. Embora o número de livrarias existente no país ainda possa ser considerado relativamente pequeno, o parque editorial é imenso e, nos últimos vinte anos, tem havido uma grande expansão das redes de livrarias (algumas de propriedade de editoras).

Embora essa observação possa parecer desimportante, constitui um passo adiante para dar condições melhores de lutar pelos seus direitos a uma categoria de profissionais que mal começou, no Brasil, a tentar cobrar, das editoras, os direitos autorais relativos às suas traduções. A outra conquista, referente à sugestão de preços elaborada pelo SINTRA (Sindicato Nacional dos Tradutores) foi a retirada do termo “técnica” da rubrica “tradução técnica”, deixando-se apenas “tradução”. Com essa alteração, espera-se demonstrar que toda tradução é “técnica” (mesmo uma carta de amor pode ser muito técnica) e

proporcionar um maior poder de negociação ao tradutor que trabalha para editoras. Esse profissional, ao contrário do mito popular, raramente é responsável pela tradução da grande obra literária, em prosa ou verso (sendo esta a província de escritores, professores e pesquisadores, raramente do profissional tradutor), mas traduz primordialmente *best-sellers*, não-ficção, obras de autoajuda, livros científicos, de divulgação científica e técnicos.

Cada vez mais o trabalho dos bons tradutores é fundamental, ainda mais nestes tempos de conexão total pela internet. Esse cuidado por parte das editoras vai separar o que tem qualidade daquilo que fica próximo de uma tradução como se fosse feita via Google Translator. E a editora que não tomar os devidos cuidados corre o risco de ver sua marca perder credibilidade.

2.4. Tradução: um processo comercial

A abordagem da tradução como um processo comercial remete à questão da submissão do tradutor a acordos comerciais que delimitam sua atividade, bem como admissão de interferências no texto traduzido por parte de agentes internos à produção.

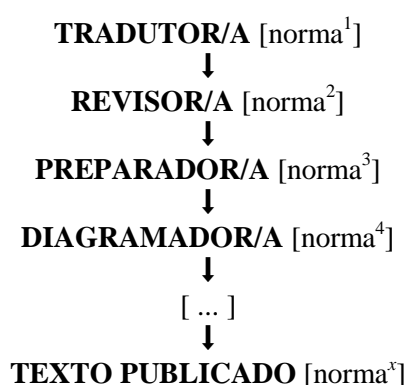
A produção de uma tradução é desconhecida pela maioria das pessoas, e saber como funciona o processo de tradução para publicação é fundamental para entender o processo de normatização dos demonstrativos, objeto da nossa pesquisa. O interessado na publicação, quer dizer, a editora brasileira, escreve ao detentor dos direitos autorais do texto a ser objeto de tradução, detentor que pode ser o autor, seus herdeiros ou sua editora, pede permissão para traduzir e ajusta quanto vai pagar ao detentor dos direitos de tradução por tal permissão.

No caso da tradução, a representação das normas se entrelaça: os tradutores e os agentes normatizantes (revisores, preparadores, diagramadores, copydesk etc) interferem no texto com suas respectivas representações de norma, fazendo substituições indistintamente entre os pronomes demonstrativos do sistema ternário. Por causa da insegurança linguística e da busca pela escolha mais ‘correta’, o processo de normatização dos pronomes configura-se, também, como fenômeno de hipercorreção.

2.5. Agentes normatizantes

De modo geral, a tradução acontece por meio de um processo e dentro desse processo vários agentes contribuem para sua finalização, por isso, podemos afirmar que esse é um procedimento invisível, pois poucos conhecem os agentes internos de produção editorial. Por esse motivo, esse tópico está destinado a desmembrar o processo de tradução em sua forma mais essencial.

O texto traduzido passa por vários processos de retextualização, aos quais nem o tradutor, nem o público leitor e sequer o pesquisador tem acesso. É produto de um processo do qual só se conhece a entrada e a saída:



Observada a ilustração acima (extraída de BAGNO, 2012), verifica-se a incidência de várias representações de norma e, conseqüentemente, a *norma^x* é produto da hibridização de normas. Os agentes internos (revisor, preparador, diagramador, entre outros) também deixam suas marcas e configuram textos novos, porém, nessa pesquisa, as análises se pautarão nas duas pontas do processo, a do tradutor e a do texto publicado, tendo em vista a dificuldade, mas não a impossibilidade, de se obter as produções das outras etapas.

Podemos nos indagar quais são os fatores que atuam direta e indiretamente no processo de composição da tradução e sem os quais o texto não existe como tal. Nesse sentido, é interessante observar que esses agentes se caracterizam como fatores que atuam diretamente na produção da tradução, pois interferem e modificam os textos de acordo com suas representações normativo-linguísticas. Já os fatores que atuam indiretamente poderiam ser os agentes ‘invisíveis’ que conduzem constantemente à produção da tradução, como as normas da língua, como o público leitor dessa tradução, entre outros.

Consideramos necessário conhecer melhor algumas profissões/atividades efetivadas dentro do processo comercial de tradução, pois precisamos saber em que níveis são feitas modificações, interferências, substituições etc., sabendo que cada agente normatizante ocupa um cargo com uma finalidade diferente. Destacamos apenas duas etapas do processo: o *copidesque* e o *preparador* de texto.

2.5.1. Copidesque

O copidesque (do inglês *copydesk*) é uma revisão feita no texto não somente no aspecto ortográfico e gramatical. É uma revisão que, além disso, preocupa-se com a clareza e a estruturação das ideias. O trabalho é pegar um texto, reestruturá-lo e reescrevê-lo, se preciso, mantendo as ideias originais.

2.5.2. O preparador

Nas editoras, o preparador é responsável pela primeira revisão de um livro, ainda no arquivo eletrônico. É a mais trabalhosa, que busca limpar o texto, corrigi-lo e aperfeiçoá-lo. O trabalho de preparação consiste em adequar o original às normas editoriais, seguindo um volumoso manual de padronização que dispõe sobre citações, versaletes, colocação pronominal, pontuação, galicismos, siglas, topônimos estrangeiros, itálicos, negritos etc.

Trata-se de uma leitura atenta, escorada por vasto material de apoio, em que se destacam os dicionários. Inúmeros detalhes devem ser considerados — itens como sintaxe, coerência, ortografia, ambiguidade, repetição desnecessária, vícios de linguagem, ecos de língua estrangeira, falsos cognatos, ritmos frasais e outras questões de cunho literário.

É obrigação do preparador formatar o arquivo original e conferir todos os parágrafos (verificando se o tradutor não pulou nenhum trecho).

Vanessa Bárbara, preparadora de texto na editora Companhia das Letras, faz um afirmação quanto à prática de interferências nos textos por parte dos agentes normatizantes,

[...] preparador é pago para ser minucioso, conferir gramática, pontuação e uso do idioma. Como último e derradeiro sintoma da moléstia, o preparador de texto deve sofrer de dupla personalidade, pois precisa se mostrar respeitoso e arrogante a um só tempo. Respeitoso com o estilo do autor e com as soluções do tradutor,

mas arrogante o suficiente para passar a tesoura e reformular os trechos que julgue necessário. (2011, Vanessa Bárbara. Blog da Companhia das Letras)

2.6. A representação de norma na tradução comercial

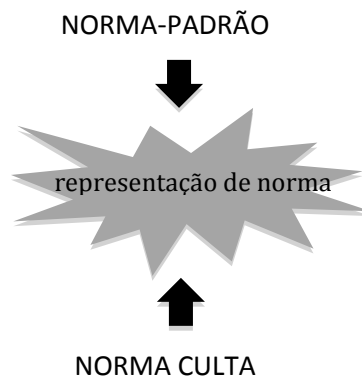
Embora as características da norma linguística tenham evidenciado o seu caráter social, nessa abordagem ela é essencialmente individualizada. A apresentação dos agentes normatizantes permite uma melhor visualização do que é realmente a representação normativa na tradução, ela está voltada para cada agente em específico, para cada prática individualizada de modificação no texto.

Ou seja, na verdade, a representação normativa ainda que seja efetivada individualmente, sempre subentende-se uma ideologia predominante normativa. Essa representação que se faz individualizada não é, de todo modo, individualizada.

É importante ressaltar também que além de toda a discussão em torno da norma e da observação de suas ocorrências em sociedade, a representação normativa é inerente à prática discursiva, uma vez que o indivíduo, ao falar ou escrever, deixa transparecer também toda uma carga ideológica, normativa, social internalizada.

A representação de norma vem da instabilidade apresentada na hora de separar a real aplicação de cada sentido do conceito de norma, pois os dois polos, o normal e o normativo, são, como vimos, radicalmente diferentes. É o que explica Bagno (2012, p. 26):

[...] entre a norma-padrão e a norma culta surge uma zona de tensão na qual todos os falantes, e mais intensamente os falantes urbanos letrados, se veem pressionados por duas forças opostas. O resultado é que, desconhecendo em sua integralidade todo o aparato normativo e, ao mesmo tempo, sujeitos à força inelutável de sua intuição linguística, esses falantes acabam por criar, cada um deles, uma *representação da norma* que é, sempre, um compósito híbrido, em que o normal e o normativo se interpenetram e se mesclam.



Um dos fatores marcantes na discussão em torno da norma é o imaginário social que permeia a linguagem. Nesse sentido, se acreditamos na representação de norma como uma entidade individualizada, podemos também entender que ela é, também, um produto do imaginário social.

Cornelius Castoriadis (1982) fez uma análise do modo de ser das sociedades humanas e mostra que o imaginário social tem um papel importante no que concerne à organização, pois funciona como condição de representatividade de tudo na sociedade:

O imaginário ordena, organiza, dá sentido ao mundo natural e social. Ele não é mero reflexo do percebido, nem elaboração estritamente racional dos dados, nem ilusão falseadora da realidade. Mas uma rede de significações pela qual figuramos nosso mundo para nós como sociedade. [...] o imaginário é mais real do que o real (1982:170).

Ou seja, o imaginário faz emergir o valor e o não valor, demarca o ‘verdadeiro’ e o ‘falso’, o permitido e o proibido (1982:195).

Vemos, com isso, que o imaginário tem um papel social constituinte muito relevante para a sociedade e que é um poderoso elemento que participa da configuração da chamada norma culta e de seu funcionamento.

2.7. Tradução: uma atividade condicionada

Trazemos também dentre as várias fundamentações teóricas desse trabalho uma discussão sobre a língua da tradução proposta no artigo intitulado “Reexplorer la langue de

la traduction: une approche par *corpus*”, de Mona Baker⁴ (1998), em que a língua da tradução é entendida como um terceiro código, resultado da confrontação entre a língua de partida e a língua de chegada.

Sabemos que da relação entre norma linguística e tradução surgem formas implícitas e explícitas de subordinação ao uso da língua. Podemos definir a língua de tradução como uma forma explícita de exercer pressão sobre o processo tradutório. A língua da tradução é a língua para a qual está direcionado o novo texto, dentro do sistema maior da língua de chegada.

Em seu artigo, Baker enfatiza que a língua de tradução assume características próprias que precisam ser identificadas, porém para esse esclarecimento é necessário desenvolver um metodologia coerente que ajudará a entender como o ato de traduzir está submetido aos contratos, pressões e outras motivações que fazem dele um ato condicionado.

A autora inicia sua discussão sobre a autonomia dos estudos da tradução como disciplina independente. Recorda que, ainda que essencialmente uma atividade linguística, a tradução é uma forma de comunicação linguística única que está muito além do conhecimento de estruturas de língua de partida e de chegada.

Nesse sentido, ela afirma que a tradução tem características próprias que a fazem merecer uma disciplina independente, chamada *Tradutologia*. Dois traços específicos fazem da tradução uma atividade linguística e cultural singular:

Le premier trait, c'est qu'un texte/énoncé traduit est normalement contraint par un texte (ou énoncé) entièrement articulé dans une autre langue. Cela ne se produit pas dans d'autres types de productions linguistiques. Le second trait est que les traducteurs ont tendance, consciemment ou non, à tenir compte de la perception du statut social du texte qu'ils produisent. Ils savent que les traductions ne sont pas perçues comme des textes originaux dans la plupart des sociétés contemporaines, même si, bien entendu, cette perception diffère d'un contexte social et historique à un autre⁵. (BAKER, 1998, p. 1)

⁴ Agradecemos ao prof. Mark D. Ridd a sugestão de leitura desse texto de Baker, que traz contribuições importantes à nossa discussão.

⁵ “O primeiro traço é que um texto/enunciado traduzido está normalmente estrangido por um texto (ou enunciado) inteiramente articulado numa outra língua. Isso não se produz em outros tipos de produções linguísticas. O segundo traço é que os tradutores tendem, conscientemente ou não, a levar em conta a percepção do *status* social do texto que produzem. Sabem que as traduções não são percebidas como textos originais na maioria das sociedades contemporâneas, ainda que, é claro, essa percepção difira de um contexto social e histórico para outro”. [Tradução nossa]

Nitidamente, são características linguísticas que dizem respeito a aspectos culturais e, também, sociais (os tradutores levam em conta o *status* social do texto). O texto traduzido veio de outro texto inteiramente articulado em outra língua, ou seja, a tradução está (inevitavelmente) coagida por normas de outra língua. É como se o condicionamento linguístico fosse inerente a essa atividade.

Esse condicionamento pelo texto de partida é social, cultural e, principalmente, linguístico, pois o texto vem com suas respectivas normas e estruturas definidas que serão (ou ao menos deverão ser) reestruturadas em outra língua, sob outras normas. E os tradutores também se deixam condicionar quando internalizam e alimentam a ideia de *status* social do texto traduzido na cultura de chegada e, com isso, tentam produzir traduções “perfeitas”, em conformidade com as normas estabelecidas.

A tradução é um texto especial de recepção e entendê-la dessa forma faz com que reconheçamos os porquês das escolhas dos tradutores se conformarem com as características típicas da língua de chegada e, muitas vezes, exagerá-las. É uma prática exagerada para estar em conformidade com os padrões estabelecidos da língua de tradução, com as já citadas representações da norma e com o imaginário social da língua.

Em outras palavras, a tradução é uma atividade singular na medida em que se submete a regulações da língua de chegada. Mas, de modo geral, é importante ressaltar que as pressões incidentes no processo tradutório deixam marcas na língua de tradução utilizada pelos tradutores. E a questão é saber como estudar essas marcas na língua de tradução.

Baker (1998) percebe a *normalização* no inglês de tradução. Os tradutores para o inglês adotam uma postura mais conservadora em relação aos usos da língua, utilizando estruturas convencionais do inglês e evitando as estruturas habituais, correntes. São traduções homogeneizadoras. Esse fenômeno pode ser explicado pela reação consciente ou não dos tradutores ao *status* social presumido da tradução, à recepção social da tradução.

A natureza das pressões sobre o processo tradutório, no caso que analisamos, não é só linguístico-social, mas essencial e inevitavelmente *comercial*. E essas pressões deixam marcas na prática dos tradutores, como constatou Baker (1998: 2): “*en d’autres mots, la nature et les pressions du processus traductionnel doivent laisser des traces dans la langue utilisée par les traducteurs*”⁶.

⁶ “Em outras palavras, a natureza e as pressões do processo tradutivo devem deixar marcas na língua utilizada pelos tradutores”. [Tradução nossa]

2.7 Conclusão

O estabelecimento da relação norma linguística e tradução propõe novas abordagens para a atividade tradutória. Os conceitos de norma abordados nessa pesquisa visam reconhecer práticas linguísticas quase imperceptíveis para os leitores. Essa relação está baseada na avaliação da incidência normativa no processo do texto traduzido.

Esse capítulo foi, sem dúvida, a definição do lugar da reflexão do processo de tradução. Ou seja, a partir dessa reflexão, sabemos, então, do que estamos falando, que tipo de norma se relaciona com a tradução e, principalmente, que tipo de tradução é abordada nessa análise.

A discussão não está centrada na tradução em si ou no autor (texto original), mas, na verdade, ela está concentrada nos vários processos de retextualização por que passa esse texto traduzido. Ou seja, a pesquisa não está pautada na análise comparativa entre traduções.

Quando a tradução é apresentada como uma atividade condicionada, não podemos esquecer que esse condicionamento está a todo momento relacionado à norma, pois as duas características que fazem da tradução uma atividade linguística única são justamente (1) um texto produzido sob normas linguísticas de outra língua e (2) a conformidade com as normas da cultura de chegada, pois o *status* social da tradução está ligado a essa recepção.

Quanto ao processo de normatização, ele pode ser estudado nas traduções comerciais que têm agentes normatizantes para organizar o texto final da tradução ou que passam pelo processo de retextualização do texto traduzido. É justamente a existência desses agentes que configuram o processo.

Entendemos, nesse capítulo, a tradução como uma atividade condicionada que está sujeita não só às prescrições normativas, mas também a contratos e pressões que circunscrevem a atividade comercial. E também às escolhas dos agentes normatizantes, pois eles interferem nos textos e, muitas vezes, o tradutor não sabe dessas modificações.

CAPÍTULO 3

DEMONSTRATIVOS: UM CASO DE NORMALIZAÇÃO NA TRADUÇÃO

3.1 O processo de normatização na tradução

As representações da *norma* linguística surgem na tradução por meio da análise da produção editorial, apresentada no capítulo anterior, pois a publicação final de uma tradução é resultado da sucessão de retextualizações editoriais, procedimentos desenvolvidos pelos editores (denominados, aqui, *agentes normatizantes*), compondo um processo que envolve várias etapas de interferências textuais na tradução.

Sabendo-se que é um procedimento efetuado em vários âmbitos, esse trabalho está fundamentado somente nas duas pontas desse processo, ou seja, na tradução inicial (T¹), aquela primeira versão entregue pelo tradutor ao editor, e na tradução publicada (T²), a última versão que sai impressa das editoras para as livrarias.

Tendo em vista os capítulos anteriores, percebemos que a correlação entre norma linguística e tradução só faz sentido quando nos questionamos quanto à realidade empírica dessa relação: Qual seria, de fato, a relação prática estabelecida entre essas duas entidades?

Quando analisamos concretamente um fato linguístico determinado dentro do processo comercial de produção textual da tradução a ser publicada, conseguimos observar o comportamento dos *agentes normatizantes* através das representações de norma nos textos: as escolhas que oscilam do normal ao normativo indistintamente. A análise não está concentrada em como ou por que motivo o agente *normatizante* fez determinada escolha, mas em como as suas representações normativas variam do prescritivo ao descritivo.

Por isso, nesse capítulo, objetiva-se estudar como os *demonstrativos* vêm sendo tratados pelos especialistas (gramáticos e linguistas) e, a partir daí, estabelecer uma comparação em relação a como vêm sendo empregados na prática escrita, para, por fim, analisar o processo de normatização deles na tradução.

Demonstrativos: um caso de normatização na tradução retoma, essencialmente, o primeiro capítulo no que concerne às discussões da ambiguidade do termo norma, análises pautadas no *normal* e o no *normativo*, para verificar o que, de fato, é uso corrente ou preceito imposto. E, por fim, é a materialização, ou melhor, a visualização prática, do

processo de normatização e das representações de norma apresentados no segundo capítulo.

3.2 Por que os demonstrativos?

A relação norma linguística e prática de tradução comercial propõe uma série de possibilidades de estudos baseados, essencialmente, nas ocorrências linguísticas como, por exemplo, a análise da dinâmica dos fenômenos linguísticos representados por cada *agente normatizante* na produção textual, a comparação de modelos linguísticos adotado por editoras diferentes, a observação linguística da reprodução do mesmo livro em diferentes edições, entre outros.

Dentro da diversidade que o tema apresenta e sabendo-se que a tradução é, enquanto atividade social, uma prática linguística, foi observado que existe uma prática recorrente de uso das formas linguísticas sob a representação de preceitos normativos dentro de um campo (de regras) pré-estabelecido. Entretanto, como toda e qualquer atividade linguística, a tradução está sujeita às regulações normativas vigentes e às representações de norma individuais, portanto, enseja a observação da organização dessa dinâmica normativa e do entrelaçamento cotidiano dessas normas.

O estudo dos demonstrativos nessa pesquisa não está centrado somente nas suas propriedades gramaticais, suas características semânticas e sintáticas — a natureza funcional e estrutural variável que requer o entendimento da face diádica deles (dêitica e fórica) e que diz respeito aos domínios referenciais que despertam, também, estratégias de compreensão textual. Desejamos principalmente saber como eles vêm sendo utilizados na língua diária dos brasileiros.

Contudo, ao afirmar que a norma linguística comporta a dualidade de sentidos no que concerne ao caráter *normal* e *normativo* atribuído aos fenômenos linguísticos, estamos confirmando que as análises são pautadas no âmbito *do que se diz, do que já se disse* e, também, *do como deve ser dito*.

E como percebemos, nessa pesquisa, os *demonstrativos* se enquadram muito bem em toda essa discussão sobre o normal e o normativo, deixando transparecer na prática (falada e escrita) a instabilidade da separação entre esses dois conceitos. Ou seja, o fenômeno linguístico analisado reflete a confusão entre as prescrições tradicionais e as

representações do normativo de cada falante, sempre retomando a duplicidade do conceito de norma linguística.

3.3 Os pronomes demonstrativos

O dinamismo das línguas naturais e os processos de mudanças a que se submetem sempre despertaram a curiosidade daqueles que se interessam pelos fenômenos da linguagem. (DUARTE; PAIVA, 2003. p. 15)

O ponto de partida é a retomada dos estudos em torno dos nas gramáticas e em recentes discussões publicadas em artigos, baseando-se em gramáticos e linguistas como Bechara (1999), Azeredo (2008), Castilho (2010), Bagno (2011a). Esse exercício teórico visa reunir elementos necessários para a compreensão do conceito de pronomes demonstrativos, como eles vêm sendo tratados nas discussões linguísticas, como as gramáticas têm feito sua abordagem e, principalmente, auxiliar na compreensão do seu processo de normatização na tradução.

A proposta de análise do processo de normatização dos demonstrativos na prática tradutória não exclui a variação e mudança como elemento constitutivo do fenômeno linguístico. Pelo contrário, prioriza as gramáticas (mesmo as tradicionais) que trazem também, além dos conceitos, observações sobre as práticas usuais no vernáculo brasileiro.

Vale ressaltar também que o objetivo não é discutir os exemplos sob o aspecto do rótulo do “erro” ou “acerto” perante as explicações encontradas nas gramáticas, pois isso ratifica e intensifica todo o preconceito social existente sobre o uso língua, divergindo da proposta dessa pesquisa.

3.2 Conceito de demonstrativo

Embora o objetivo principal da pesquisa não seja a análise de cunho gramatical, a fundamentação teórica do conceito de *demonstrativos* foi retirada das gramáticas. Faz-se necessário conhecer as propriedades gramaticais dessas palavras, suas aplicações, para uma posterior confrontação da prática atual e usual que falantes e escritores cultos efetuam em contraposição às prescrições da norma-padrão.

Em algumas gramáticas da língua portuguesa, os demonstrativos são apresentados sob a ótica normativa — para que servem, qual é o uso ‘adequado’ etc. No entanto,

sabendo da importância de conhecer o modo como nossas gramáticas abordam os demonstrativos e para melhor compreender o processo de normatização, trazemos aqui as ponderações sobre eles em diferentes obras.

A escolha das gramáticas levou em conta o objetivo de contrastar as abordagens sobre os demonstrativos. Por isso, dentre as inúmeras gramáticas existentes, selecionamos quatro obras.

3.2.1 *Moderna gramática portuguesa (1999)*

Ao tomarmos o prefácio da *Moderna gramática portuguesa* (1999) de Evanildo Bechara, entramos em contato com um sujeito/autor que enuncia, ao mesmo tempo, de dois lugares distintos. De um lado, tem-se o discurso da modernidade e, de outro lado, o da tradição gramatical.

O discurso da modernidade está presente na nomeação da própria gramática *Moderna gramática portuguesa*, e é reforçado pelo convite que faz o autor ao magistério brasileiro, no prefácio que fez à primeira edição da obra, em 1961:

Ao escrever esta *Moderna Gramática Portuguesa* foi nosso intuito levar ao magistério brasileiro, num compêndio escolar escrito em estilo simples, o resultado dos progressos que os modernos estudos da linguagem alcançaram no estrangeiro e em nosso país. (BECHARA, 1999, p. 21).

Ao mesmo tempo em que enuncia a chegada do novo e do moderno nos estudos linguísticos do Brasil, enuncia também a tradição:

Não se rompe de vez com uma tradição secular: isto explica por que esta moderna gramática traz uma disposição da matéria mais ou menos conforme o modelo clássico. A nossa preocupação não residiu aí, mas na doutrina (*ibid.*).

Bechara apresenta os demonstrativos indicando as suas funcionalidades, definindo-os da seguinte maneira (p. 167):

são os que indicam a posição dos seres em relação às três pessoas do discurso, esta localização pode ser no tempo, no espaço ou no discurso:

1ª. pessoa: este, esta, isto.

2ª. pessoa: esse, essa, isso.

3ª. pessoa: aquele, aquela, aquilo.

Este livro é o livro que está perto da pessoa que fala; *esse livro* é o que está longe da pessoa que fala ou perto da pessoa com quem se fala; *aquele livro* é o que se acha distante da 1ª e da 2ª pessoa

Imediatamente a seguir, porém, o autor esclarece que

nem sempre se usam com esse rigor gramatical os pronomes demonstrativos; muitas vezes interferem situações especiais que escapam à disciplina da gramática. (p. 167)

Bechara se limita a apresentar os pronomes em seu sistema ternário clássico, nas três pessoas do discurso. E, de forma breve, alerta para a falta de “rigor gramatical” no uso dos demonstrativos, sem deixar claro se isso se aplica à fala ou à escrita. No entanto, uma vez que sua obra tem como único *corpus* obras ficcionais, literatura escrita, essa falta de “rigor gramatical” se refere ao trabalho dos escritores. De fato, mais adiante em sua obra, Bechara reitera (p. 188, grifo nosso):

Estas expressões não se separam por linhas rigorosas de demarcação; por isso exemplos há de bons *escritores* que contrariam os princípios aqui examinados e não faltam mesmo certas orientações momentâneas do *escritor* que fogem às perscrutações do gramático.

3.2.2 Gramática Houaiss da língua portuguesa (2008)

De autoria de José Carlos de Azeredo, é uma gramática que se destina a favorecer a compreensão do funcionamento da língua nas suas diferentes formas de realização. Traz, além dos assuntos usuais, discussões teóricas relevantes que permitem apreensão de fenômenos linguísticos em variação e mudança, ultrapassando as fronteiras da aferição de um uso e sua descrição. Não deixa de ser uma forma de consulta aos diferentes modos de emprego da norma-padrão, sempre em comparação bem equilibrada com a realidade dos usos cultos.

O autor deixa claro que as observações são feitas baseadas nos padrões escritos do português em uso no Brasil,

Identificamos assim um conjunto sistemático de formas e construções da língua portuguesa empregadas razoavelmente em comum por escritores / jornalistas / autores brasileiros, desde a segunda metade do século XIX, [...] em obras literárias, técnicas, científicas [...]. (AZEREDO, 2008, p. 25)

Ou seja, as análises estão fundamentadas na modalidade escrita da norma culta. Embora essa seja mais uma forma de variedade linguística entre outras, Azeredo afirma

que “importa reconhecer que ela se distingue das demais por sua condição de ‘modelo de uso’ de âmbito nacional”.

No que concerne aos demonstrativos, percebemos que Azeredo, na *Gramática Houaiss da língua portuguesa*, ao iniciar a descrição dos demonstrativos faz uma breve apresentação do seu sistema ternário clássico e logo prossegue para as suas possibilidades de aplicação na prática:

Os pronomes demonstrativos servem para localizar, em relação às pessoas do discurso, os objetos que entram no conteúdo de nossos enunciados. As pessoas do discurso passam a ser unidades referenciais do que chamaremos de ‘âmbitos’, em cujos limites o enunciador situa objetos. O enunciador pode situar os objetos em seu próprio âmbito – a primeira pessoa – por meio de *este* e suas flexões; no interlocutor – a segunda pessoa – por meio de *esse* e suas flexões; ou no âmbito da não pessoa – a terceira pessoa – por meio de *aquela* e suas flexões. (2008, p. 177-178)

Resume essa explicação em um quadro-resumo, dividido em duas partes, uma que diz respeito à modalidade da fala e a outra, à escrita formal (p. 178):

Quadro-resumo:

I (padrão, exclusivo da modalidade escrita formal)

	Masculino		Feminino		Neutro
	Sing.	Pl.	Sing.	Pl.	
1ª p.	Este	Estes	Esta	Estas	Isto
2ª p.	Esse	Esses	Essa	Essas	Isso
3ª p.	Aquele	Aqueles	Aquela	Aquelas	Aquilo

II (próprio da modalidade falada)
Âmbito da interação face a face:

	Masculino	Feminino	Neutro
	Sing.(Pl.)	Sing.(Pl.)	
1ª p.	Este(s) / esse(s) (aqui)	Esta(s) / essa(s) (aqui)	Isto / isso (aqui)
2ª p.	Este(s) / esse(s) (aí)	Esta(s) / essa(s) (aí)	Isto / isso (aí)
3ª p.	Aquele(s) (lá / ali)	Aquela(s) (lá / ali)	Aquilo (lá / ali)

Após descrever os demonstrativos, Azeredo apresenta a realidade dos usos do português brasileiro (PB), afirmando que o sistema ternário clássico é mais teórico do que real, visto que a distinção entre *este/esse*, mesmo na língua escrita formal, só se observa com rigor quando é necessário deixar clara a referência a um objeto situado no âmbito do

enunciador (*este*) por oposição ao que se situa no âmbito do interlocutor (*esse*). (AZEREDO, 2008, p. 248).

Confirmando as afirmações de Azeredo, observamos nesse trabalho que mesmo na tradução de literatura, uma atividade desenvolvida por pessoas classificadas tecnicamente de cultas e altamente letradas, com formação em nível superior, tem-se priorizado o uso de *esse* e flexões.

Azeredo prossegue, afirmando que a perda da distinção entre os dois pronomes (*este* e *esse*) acarreta o uso somente de *esse* complementado, na fala, pelos advérbios *aí* e *aqui*:

Usualmente, portanto, emissor e destinatário constituem um só âmbito – o da interlocução – por oposição a um segundo – o da terceira pessoa, externo à interlocução. A perda da distinção entre *este* e *esse* é compensada, na fala, pelo reforço dos advérbios *aqui* e *aí*, respectivamente. (2010, p. 248)

Os pronomes demonstrativos adicionam aos substantivos o mesmo conteúdo que os advérbios *aqui/agora*, *aí/então* e *lá/então* acrescentam aos verbos. Essa equivalência é responsável por combinações redundantes como *este aqui*, *esse aí* e *aquele ali/lá* tão comuns na língua da conversação. Nessa pesquisa não tratamos dessa compensação ocorrida na fala.

3.2.3. Nova Gramática do Português Brasileiro (2010)

Essa é uma obra inovadora e trata da língua falada no país. Não tem característica prescritiva, nem toma como referência os textos escritos. Mas, então, por que se utilizar de uma gramática que “*elege como amostra preferencial da língua a sua manifestação aparentemente mais caótica – a conversação falada*” (CASTILHO, 2010, p. 26) para explicar fenômenos que estão acontecendo na escrita?

Ora, Bagno é categórico ao escrever sobre a importância da inter-relação de discurso e sistema, uso e gramática:

É do uso que se depreende a gramática, é do discurso que se chega nas regularidades (sempre instáveis e provisórias) da língua [...].

[...] são os usos frequentes e regulares de determinada forma linguística que acabam por transformá-la em regras gramaticais, assim como são as regras gramaticais as condicionadoras dos usos linguísticos. (BAGNO, 2001a, p. 20)

Nesse sentido, Castilho propõe uma discussão em torno dos demonstrativos baseando-se na proposta de Aryon D. Rodrigues (1978), que faz uma análise que se afasta nitidamente da tradição gramatical portuguesa, destrinchando e caracterizando o subsistema dos demonstrativos do ponto de vista morfo(fono)lógico.

Rodrigues (1978) estabelece quatro bases, distribuídas segundo a natureza da indicação, das quais destacaremos somente a primeira e a segunda, sendo elas: 1. /este/ indicação ostensiva de proximidade ao falante, 2. /ese/ indicação ostensiva de proximidade ao ouvinte. E, em seguida, alerta: “Em algumas variedades do português do Brasil desaparece a distinção entre 1 e 2, prevalecendo só 2 (ou só 1) ou usando-se ambos aparentemente de modo indistinto” (*apud* CASTILHO, 2010, p. 495).

Ao perceber que as outras bases (as que não foram apresentadas aqui) têm propriedades sintático-semânticas comuns, Castilho (2010) concluiu por ordená-las numa classe única, visto que estavam dispersas em diferentes classes na tradição gramatical. A essa classe única ele denominou *Mostrativos* (1993, p. 122):

Por esse rótulo quero enfatizar as propriedades semânticas básicas dessas classes: a de retomar conteúdos e a de indicar a posição espacial, temporal ou textual ocupada pelo referente. Os *Mostrativos* compreendem formas tônicas como (i) *ele*; (ii) *este, esse, aquele, isto, isso, aquilo*; (iii) *aqui, ali, lá* e formas átonas como (iv) *o*, clítico ou clítico verbal. (CASTILHO, 2010, p.122)

Vale ressaltar que nossa discussão está pautada somente nas formas (ii) e que a classe dos *Mostrativos* tem, essencialmente, características de indicação, sendo suas funções básicas “retomar” e “indicar”. Como dito anteriormente, as características semânticas e sintáticas não são objetos de análise e, portanto, devemos considerar somente como e por qual motivo foi concebida a classe dos *Mostrativos*.

De outro modo, mas sem contrapor o discurso dos gramáticos tradicionais, Castilho expõe, em sua *Nova gramática do português brasileiro*, a realidade dos usos dos demonstrativos na fala, afirmando que o esquema ternário não corresponde ao uso contemporâneo do PB e que está se formando um esquema binário generalizado com a

disputa entre o *este/esse*, segundo o que comprovam pesquisas do português falado culto em determinadas localidades brasileiras (2010, p. 498):

A pesquisa mostrou desde logo que o esquema ternário não corresponde ao uso contemporâneo do PB. Primeiro, porque esses vocábulos não são exclusivamente dêiticos, não remetem unicamente às pessoas do discurso [...]. Segundo, porque mesmo em seus usos dêiticos eles não mostram uma estrita adesão às três pessoas do discurso. Nascentes (1965) aludiu ao uso equivalente de *este* e *esse*, e hipotetizou que *este* acabaria pro suplantando *esse*, constituindo-se um sistema binário que já ocorre em outras línguas românicas, como no francês. Câmara Jr. (1971) afirma que *esse* já é mais comum na fala do Rio de Janeiro, o que tem sido confirmado em pesquisas posteriores. Esse é, por exemplo, o caso do português culto falado de São Paulo. Castilho (1993b) encontrou nessa variedade 13% de *este*, 58% de *esse* e 29% de *aquela*, confirmando-se a explicação de Câmara Jr.

3.2.4 Gramática Pedagógica do Português Brasileiro (2011a)

Numa perspectiva diferente, Bagno (2001a), em sua *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, na medida em que pretende examinar e descrever a língua brasileira contemporânea, prioriza destacar as suas *especificidades*, sendo a análise dos demonstrativos uma delas.

De cunho propositivo, não se limita somente à descrição dos fenômenos linguísticos, mas propõe a aceitação dessas novas regras gramaticais, mostrando que já estão incorporadas no cotidiano da nossa língua, tanto na escrita quanto na fala, o que podemos verificar nas análises dos livros.

A abordagem é de uma *gramática*, pois apresenta regras (de uma língua específica), no sentido de regularidades; é *pedagógica* por colaborar com a formação docente e tem por objetivo descrever/explicar fatos do português brasileiro (nas diversas variedades) e de selecionar o que *deve ser* aprendido pelos alunos.

Num capítulo intitulado “De monstros e demonstrações: os mostrativos”, Bagno inicia a discussão, fundamentado nas propostas de Castilho em que o termo *mostrativos* designa “um conjunto de palavras que, na tradição gramatical, ocorreriam dispersas em

outras classes” (p. 773) e, nesse sentido, o termo pronome seria mais adequado para designar uma função e não uma classe de palavras.

Então, ele elenca os referidos *mostrativos*:

- **o(s) / a(s)**
- **ele(s) / ela(s) / lhe(s) / se**
- **esse(s) / essa(s) / este(s) / esta(s) / aquele(s) / aquela(s)**
- **isso / isto / aquilo**

Todas essas palavras advêm de uma mesma classe gramática latina: a dos demonstrativos que possuem características de referência. Porém, para essa pesquisa, destacaremos somente os *mostrativos* de 1ª e 2ª pessoas, variáveis e invariáveis, pois observaremos como as distinções entre eles estão sendo abandonadas e, portanto, sendo usados indistintamente, ora em razão da tradição gramatical, ora em razão dos usos habituais da língua.

Bagno apresenta as funções dos *mostrativos*, sob algumas particularidades de uso que permitem a separação em conjuntos específicos. Ele denomina *este(s)*, *esta(s)*, *essa(s)*, *esse(s)* de demonstrativos dêiticos e anafóricos que são dispostos na visão ternária clássica, chamada por ele *trivisão* (p. 791) e associada à também *trivisão* dos advérbios de lugar. Ou seja:

PESSOA	DEMONSTRATIVO	ADVÉRBIOS
1ª	Este(s) / esta(s) / isto	aqui / cá
2ª	Esse(s) / essa(s) / isso	aí
ÑP	Aquele(s)/aquelas(s)/aquilo	ali / lá

Essa forma de apresentação dos demonstrativos produz mais na frente uma das explicações dadas sobre o fenômeno linguístico de supressão do uso das formas com *-st-*. Nesse trecho destinado aos demonstrativos, o autor descreve mais um uso linguístico plenamente incorporado ao vernáculo geral brasileiro, ou seja, característico do português brasileiro.

Percebendo que os próprios gramáticos alertam para a instabilidade do uso dos demonstrativos, que está em desacordo com as regras tradicionais, Bagno propõe uma mudança no ensino, principalmente nos livros didáticos, que priorizam o uso “adequado” dos demonstrativos e que fazem referência a uma “variedade padrão” que não corresponde nem sequer à escrita literária clássica.

O autor também menciona em sua gramática o fenômeno da perda da distinção entre os demonstrativos *este* e *esse*. Embora as outras gramáticas tenham alertado para esse fenômeno, em Bagno (2001a) podemos observar uma explicação mais acurada que vai muito além da descrição de usos “adequados”. A explicação está baseada num fenômeno fonético, não mencionado anteriormente por nenhum gramático.

Enquanto as gramáticas citadas se limitam a constatar a frequência do uso do *esse* em substituição ao *este*, Bagno também anuncia esse fenômeno, porém, enfatizando que não só ocorre uma distinção entre esses dois *demonstrativos*, mas uma preferência, na fala e (agora também) na escrita, de *esse/isso* em lugar de *este/isto*.

Desse modo, mesmo levando em conta as causas mencionadas por Azeredo (de que a perda da distinção é compensada, na fala, pelos advérbios *aqui* e *aí*), Bagno se vale de uma análise fonética do fenômeno:

O grupo *-st-* presente em *este/esta/isto* tende a sofrer assimilação. A sibilante [s], em diversos casos na história da formação da língua, promoveu esse ataque assimilatório à consoante vizinha: *gypsu* → *gesso*; *nostru* → *nosso*; *ipse* → *esse*; *persicu* → *pêssego*; *persona* → *pessoa*. (2001a, p.793).

Essa explicação se encaixa perfeitamente no processo que ocorre com os demonstrativos, a substituição frequente *este* → *esse*. E, por isso, os que apresentam *-st-* estão desaparecendo do vernáculo brasileiro (BAGNO, 2001a, p. 795).

O autor também faz uma análise do *corpus* do projeto NURC-Brasil, verificando que os números comprovam o desaparecimento dos demonstrativos com *-st-*, chegando a afirmar que “*eles não pertencem à nossa língua materna*”. São formas gramaticais a que só se tem acesso por meio do letramento escolar.

Como um forte argumento para compreendermos que as formas *-st-* têm desaparecido dos usos na língua materna, Bagno (2001a, p. 794) reproduz os números de ocorrências dos demonstrativos retirados do *corpus* do NURC-Brasil:

DEMONST.	Nº	%
Esse	137	18,8
Esses	31	4,2
Essa	168	23,0
Essas	54	7,4
Isso	285	39,0
SUBTOTAL	675	92,6

Este	16	2,2
Estes	5	0,7
Esta	20	2,7
Estas	3	0,4
Isto	10	1,4
SUBTOTAL	54	7,4
TOTAL	729	100,0

Podemos verificar que os números comprovam que o uso das formas *-st-* é baixo e configura-se como um “desse muitos conjuntos de formas gramaticais aos que só temos acesso por meio do letramento escolar” (p. 795). E continua:

essa afirmação é corroborada pela análise do **grau de monitoramento estilístico** das ocorrências dos demonstrativos com *-st-*. A maioria deles apareceu em *elocuições formais*, isto é, em aulas de cursos superiores, onde os docentes se dirigem aos alunos com maior monitoramento de linguagem:

ESTILO	este	estes	esta	estas	isto	%
+MONIT	13	5	19	3	9	93,1
-MONIT	3	0	1	0	1	6,9
TOTAL			54			100,0

3.3. Abordagem geral dos *Demonstrativos*

As gramáticas tradicionais sempre relacionam os pronomes demonstrativos com as pessoas gramaticais. No entanto, nessa pesquisa, vamos observar que a distinção no uso dos pronomes demonstrativos já não diz respeito somente às pessoas do discurso, há certa inclinação para o uso indistinto do *este* em substituição a *esse*, desconsiderando tanto a referência às pessoas do discurso quanto à posição do objeto no âmbito da situação de comunicação.

As abordagens centradas na fala priorizam sempre os processos de mudanças em decorrências das práticas linguísticas sociais. As análises são feitas por meio de apuração de ocorrências em determinadas localidades onde se pode proceder aos primeiros levantamentos para a verificação de regularidades no uso do vernáculo.

A gramática pedagógica de Bagno traz uma abordagem voltada, essencialmente, para a mudança no ensino, na base da aprendizagem da língua. Os fenômenos linguísticos (em outras palavras: o uso cotidiano da linguagem) estão constantemente em oposição aos modelos estabelecidos pelas gramáticas prescritivas. Existe um modelo determinado pela tradição normativa que contrasta com a prática cotidiana constante dos falantes e escreventes da língua materna. E, por isso, é necessário considerar o que realmente está sendo falado ou escrito.

É importante ressaltar, também, que os demonstrativos fazem combinações com as preposições *em* e *de*, tomando as formas: *deste, desta, disto; neste, nesta, nisto; desse, dessa, disso; nesse, nessa, nisso; daquele, daquela, daquilo; naquele, naquela, naquilo*. E essas formas preposição + pronome (*deste(s)/ desta(s); dessa(s) / desse(s); disso/disto*) também foram avaliadas e catalogadas nas tabelas.

3.4. A análise dos dados

A análise dos fatos linguísticos no processo tradutório apresenta uma série de problemas por vezes extremamente complexos. Tal estudo deve visar estabelecer, antes de tudo, o reconhecimento do lugar social onde acontece esse fenômeno linguístico para que as discussões possam fazer sentido.

Partindo de uma perspectiva sociodiscursiva dos fenômenos da linguagem na tradução, desenvolvemos uma análise dos demonstrativos do português clássico (sistema ternário) em comparação à prática de escrita do português brasileiro culto contemporâneo a fim de caracterizar a configuração em que se encontram os demonstrativos no uso contemporâneo da língua.

A análise dos dados constitui-se num instrumento capaz incitar a reflexão em torno da organização do texto escrito, um trabalho que faz reconhecer o texto como o resultado de opções normativas feitas tanto pelo autor, como também pelos editores, nesse caso.

A análise está pautada na observação do processo de normatização dos demonstrativos na atividade social da tradução.

A aplicação dos estudos linguísticos à tradução não é uma prática recente, porém dentre as inúmeras aplicações, quase nada há sobre *norma linguística* e tradução. Esse estudo se configura como uma nova abordagem linguística da tradução, fundamentando-se,

principalmente, no âmbito das discussões, desde o século XX, em torno da *norma* linguística.

3.4.1. Delimitação do *corpus* de análise

O *corpus* é constituído de livros destinados ao público infantojuvenil. Ele foi montado de acordo com o ano de publicação: são traduções efetuadas recentemente, nos últimos quatro anos, para que as análises se contrastassem com as discussões apresentadas nas gramáticas que também são recentes.

Na página a seguir, reproduzimos as capas das edições brasileiras dos livros e apresentamos outros dados das obras (título original, nome do tradutor, nome da editora).

A obtenção das traduções iniciais, como é fácil prever, não é tarefa das mais tranquilas, visto que os editores zelam pelo sigilo desse material. O acesso às traduções iniciais do nosso *corpus* só foi possível graças à gentileza do poeta Fabio Weintraub, editor assistente nas Edições SM, que nos forneceu os arquivos, após obter a devida permissão dos tradutores. Por seu turno, as traduções iniciais dos dois livros da Editora Martins Fontes nos foram generosamente cedidas por sua tradutora, Silva Cobucci Leite, que também solicitou e obteve a permissão da editora. Os livros das Edições SM foram todos traduzidos do francês, inclusive *Moby Dick*, clássico da literatura norte-americana, que recebeu uma adaptação em francês feita por Fouca Doubli. Os livros da Editora Martins Fontes foram traduzidos do italiano. Por motivos fáceis de compreender, mantivemos e manteremos esses textos em sigilo, motivo pelos quais não serão incluídos, como se poderia esperar numa dissertação, como anexos a esse trabalho.

3.4.2. Metodologia de análise

Nesse trabalho, a investigação está centrada na análise do processo de normatização dos pronomes demonstrativos na tradução, fundamentada no estudo da representação de norma, por meio da discussão apresentada no primeiro capítulo (“Norma linguística e tradução”). A pesquisa não se limitará às discussões encontradas somente nas gramáticas, mas também em publicações recentes sobre o fenômeno dos demonstrativos.

Inicialmente, quando observamos o texto inicial (T^1) e o final (T^2), podemos afirmar o óbvio: os editores fazem mudanças nos textos. Nesse sentido, podemos classificá-los como ‘*agentes normatizantes*’ e as mudanças como ‘*interferências*

normatizadoras', ou seja, surgem no percurso de produção da tradução até ela ser publicada e vendida nas livrarias.

Sabendo que essa produção é dinâmica e admite interferências, nos questionamos quanto ao tipo de interferência que ocorre, pois os textos podem ser modificados em vários âmbitos: gráfico, físico, linguístico, entre outros. Portanto, a finalidade geral é analisar e discutir as formas de interferência que dizem respeito às questões linguísticas, somente. A pesquisa foi feita por meio da análise do *corpus* em dois domínios: o do tradutor (T¹) e da tradução final publicada (T²), visando esclarecer tanto o processo de produção da tradução quanto a prática normatizadora na atividade editorial.

É importante ressaltar que os livros são produções literárias infantojuvenis repletos de diálogos informais. Os exemplos retirados são, em sua maioria, dos diálogos entre os personagens. Isso significa, portanto, que são tentativas de reprodução de falas cotidianas, da linguagem usual, no seu aspecto normal, habitual, ainda que fictícias. Portanto, estamos diante não também não só da escrita, mas de *representações da norma falada* que as gramáticas contemporâneas trazem à tona.

A metodologia consistiu em coletar todas as ocorrências dos demonstrativos *esse* e *este* (mais flexões, mais contrações com preposições) em T¹ e em T² e comparar as mudanças ocorridas desde o texto traduzido inicial até o texto publicado final. Essas ocorrências foram tabeladas, de modo a facilitar a visualização dessas mudanças.

A análise das traduções não teve qualquer relação de contato com os tradutores ou mesmo com as editoras estudadas. Não sabemos, portanto, se os tradutores fizeram escolhas sob a ótica inerente e individual da representação de norma, diante do que é usual ou do que é ideal, ou se estavam condicionados a regulamentos comerciais, como contratos pré-estabelecidos entre tradutores e editores comerciais, e precisavam seguir algum modelo.

Vale ressaltar que os livros são obras destinadas ao público infantojuvenil e empregam, por isso, uma linguagem simples, são repletas de relatos de convívio familiar, com diálogos informais, representando a linguagem usual que remete ao caráter *normal* do conceito de *norma*.

O objetivo das análises esteve centrado somente nas ocorrências de demonstrativos nas formas *-ss-* e *-st-*. Ou seja, quando era encontrado um demonstrativo na forma *-st-* na tradução inicial (T¹), verificava-se o mesmo trecho na tradução final (T²), e da comparação

foram criadas as tabelas e os comentários baseados nas representações de norma constatadas.

A seguir, analisaremos o percurso $T^1 \rightarrow T^2$ dos demonstrativos em cada um dos livros selecionados. Oferecemos, primeiramente, alguns exemplos e, em seguida, teceremos comentários sobre os dados encontrados

3.4.3 Dez anos e nove meses

1 – p. 7	
T ₁ : Ele desce o lixo e sobe os mantimentos para o seu companheiro, o zelador do refúgio, alguém que também não é muito fotogênico: este cuida de mexer o <i>fondue</i> .	T ₂ : Ele desce o lixo e torna a subir com as encomendas do colega, o zelador, que também não é muito fotogênico: fica mexendo a <i>fondue</i> .
2 – p. 8	
T ₁ : Este véu branco de Sabóia girava na sua cabeça até mesmo durante a noite.	T ₂ : Essa branca cortina de Sabóia girava em sua cabeça até mesmo durante a noite.
3 – p. 14	
T ₁ : Neste dia, digo sinceramente, não foi o meu dia de glória.	T ₂ : Juro que não foi o meu dia de glória.
4 – p. 19	
T ₁ : É preciso avisar ao Grande Chefe antes que este carcamano do general Custer ⁹ me tire a pele: S.O.S, como se escreve isso em sinal de fumaça?	T ₂ : É preciso avisar ao Grande Chefe antes que esse carcamano do general Custer ⁹ me tire a pele: S.O.S, como se escreve isso com sinais de fumaça?
5 – p. 40	
T ₁ : Neste caso não chega a ser um mérito.	T ₂ : Nesse caso não chega a ser um mérito.
6 – p. 40	
T ₁ : E acontecimento como este nos dá o que pensar...	T ₂ : E acontecimento como esse nos dá o que pensar...
7 – p. 99	
T ₁ : Ah, foi um imenso prazer, obrigado por ter vindo. Ah, leve isso !	T ₂ : Ah, foi um imenso prazer, obrigado por ter vindo. Ah, leve isto !

Tabela 1

Livro: Dez anos e nove meses			
Demonst.	T ¹	T ²	Diferença
Essa	31	23	-8

Essas	17	8	-9
Esse	41	64	+23
Esses	12	19	+7
Esta	23	3	-20
Estas	3	1	-2
Este	22	4	-18
Estes	4	—	—
Isso	100	114	+14
Isto	2	—	—

Esse livro tem uma característica especial, pois foi traduzido por três tradutores. Logo, a discussão em torno dele é diferente das dos outros livros analisados, pois os livros restantes foram traduzidos somente por um único tradutor. Ou seja, antes de chegar aos agentes normatizantes comerciais, *Dez anos e nove meses* decerto já tinha passado por um processo de normatização e uniformização da parte dos três tradutores. Ele é então resultado de uma série de escolhas e acordos entre três profissionais que trazem consigo suas representações normativas individualizadas que contrastaram entre si e com as dos agentes.

No caso específico do livro analisado, os números da tabela 1 (T₁) mostram que os tradutores se deixaram levar por uma tentativa de escrever mantendo o sistema ternário clássico do português, enquanto os agentes normatizantes da editora foram mais ‘liberais’ ou ‘brasileiros’ ao trocar as formas com *-st-* pelas formas com *-ss-*.

Nitidamente, os números de ocorrência das formas *-ss-* aumentam consideravelmente em T². Embora isso ocorra, as formas no feminino/plural apresentam um comportamento diferente: os números de ocorrências decaem consideravelmente.

Os números das formas *-st-* diminuem em todas as formas de ocorrências, algumas formas chegam a desaparecer da tabela. Dessa forma, podemos afirmar que quando não desaparecem por substituição, ou seja, a substituição por *-ss-*, elas desaparecem por mera supressão. Os agentes normatizantes subtraem o demonstrativo na frase (exemplo 5). Em casos raros ocorre a mudança de *-ss-* para *-st-*: nesse livro, em específico, foi encontrado somente um exemplo para esse tipo de substituição (exemplo 6). De certa forma, essa prática reitera o fenômeno dos usos indistintos entre os dois termos.

3.4.4 Cem números para sonhar um mundo diferente

1 – p. 11

T₁: **Este** número aumentou em 75 milhões em um ano por causa da disparada dos preços dos alimentos.

T₂: **Esse** número aumentou em 75 milhões em um ano por causa da disparada dos preços dos alimentos.

2 – p. 12

T₁: **Estes** homens e mulheres são forçados a utilizar água imprópria ao consumo.

T₂: **Esses** homens e mulheres são forçados a utilizar água imprópria ao consumo.

3 – p. 14

T ₁ : Nestes cálculos, o consumo dos indivíduos só representa uma pequena parte: o essencial é usado na agricultura e na indústria. 4 - p. 38-39	T ₂ : Nesses cálculos, o consumo dos indivíduos só representa uma pequena parte: o essencial é usado na agricultura e na indústria.
T ₁ : 99,2% é a parte de eletricidade gerada n Noruega pelas barragens: por isso, este país de montanhas e de água pode exportar o seu... petróleo! 5 - p. 40-41	T ₂ : 99,2% é a parte de eletricidade gerada n Noruega pelas barragens: por isso, esse país de montanhas e de água pode exportar o seu... petróleo!
T ₁ : 8 empréstimos de microcrédito em cada 10 são tomados por mulheres. Sua taxa de quitação se aproxima de 100%. Elas já desempenham um papel decisivo neste tipo de economia. 6 - p. 44-45	T ₂ : 8 empréstimos de microcrédito em cada 10 são tomados por mulheres. Sua taxa de quitação se aproxima de 100%. Elas já desempenham um papel decisivo nesse tipo de economia.
T ₁ : 42% dos franceses não viajaram de férias no verão de 2008. Este número representa um aumento de 10% com relação a 2005.	T ₂ : 42% dos franceses não viajaram de férias no verão de 2008. Esse número representa um aumento de 10% com relação a 2005.

Verifica-se nesse livro a substituição nítida dos demonstrativos do grupo *-st-* para os do grupo *-ss-*. Em 90% dos casos em que havia *este*, os *agentes normatizantes* fizeram a mudança para *esse*. Todos os exemplos acima trazem essa substituição. Nesse livro, a forma com maior destaque em número de ocorrência foi *esse*, diferentemente dos outros livros analisados em que o demonstrativo com maior número sempre é *isso*.

Tabela 2
Livro: Cem números para sonhar um mundo diferente

Demonst	T ¹	T ²	Diferença
Essa	6	14	+8
Essas	2	5	+3
Esse	5	20	+15
Esses	1	6	+5
Esta	3	1	-2
Estas	1	—	—
Este	19	2	-17
Estes	2	—	—
Isso	11	13	+2
Isto	1	—	—

Em oposição ao livro anterior, as ocorrências da forma no feminino/plural não decrescem, pelo contrário, aumentam consideravelmente em T².

Ao observar a tabela, podemos perceber que os números de T¹ identificam a prática do tradutor que, nesse caso, priorizou o uso das formas *-st-*, as ocorrências deles foram bem mais expressivas que as formas *-ss-*. Talvez isso possa ser explicado por uma postura mais ‘conservadora’ dos tradutores, como propõe Baker (1998), que retomam o discurso das gramáticas tradicionais, onde ocorre a descrição dos usos e em quais situações ainda se usa o ‘*este*’.

No entanto, em T², as opções do tradutor foram modificadas pelos agentes, o que demonstrou uma atitude mais ‘realista’ e em conformidade com o que os falantes brasileiros têm demonstrado tanto na fala quanto na escrita.

É curioso observar que o tradutor de *Cem números para sonhar um mundo melhor* é o mesmo Marcos Bagno autor da *Gramática pedagógica do português brasileiro*, que demonstra, com dados empíricos e análises linguísticas precisas, o quase desaparecimento dos demonstrativos com *-st-* no português brasileiro. Aqui parece se confirmar a tese de Baker, segundo a qual os tradutores, inconscientemente ou não, tentam escrever num “terceiro código”, resultante da avaliação que fazem do *status* social e cultural do texto traduzido.

3.4.5. *Tantã*

1 – p. 13	T ₁ : – Isto é bobagem, disse Tantã com ar severo.	T ₂ : – Isso é bobagem, disse Tantã com ar severo.
2 – p. 23	T ₁ : – Este não é bonzinho – disse de um pequeno caubói preto e branco.	T ₂ : – Este não é bonzinho – disse de um pequeno caubói preto e branco.
3 – p. 33	T ₁ : – Ei! Isto aqui não é uma consulta! – protestou Enzo.	T ₂ : – Ei! Isto aqui não é uma consulta! – protestou Enzo.
5 – p. 195	T ₁ : – Tantã, para com isso !	T ₂ : – Tantã, para com isso !
6 – p. 197	T ₁ : Este resolveu jogar-se no sofá ao lado de seu clone moral, que já estava bastante embriagado.	T ₂ : Ele então resolveu jogar-se no sofá ao lado de seu clone moral, que já estava bastante embriagado.
7 – p. 201	T ₁ : – Está certo, é isso aí. Somos uns babacas.	T ₂ : – Está certo, é isso aí. Somos uns babacas.

Demonst.	T ¹	T ²	Diferença
Essa	43	33	-10
Essas	14	06	-8
Esse	69	44	-25
Esses	10	12	+2
Esta	5	4	-1
Estas	2	—	—
Este	7	6	-1
Estes	14	1	-13
Isso	123	94	-29
Isto	3	2	-1

Em determinados casos, no livro *Tantã*, os agentes *normatizantes* ‘respeitaram’ a escolha da tradutora. O interessante é que isso se reflete bem nos números da Tabela 3, em que o número de *este* cai por causa do aumento no uso de *esse*, como na maioria dos casos analisados, nos outros livros. O que acontece é que, quando os demonstrativos do grupo *-st-* aparecem, os agentes normatizantes deixam como estão, mantêm.

Outro fator importante a ser observado é que os exemplos foram retirados de situações de fala, ou seja, indo na contramão do que alguns linguistas têm demonstrado sobre o uso na

fala de formas *-st-*. Enquanto alguns gramáticos afirmaram a indiferença e, também, o desaparecimento do uso de *este* tanto na fala quanto na escrita, no caso desse livro, observamos que, embora o número das formas *-st-* não aumentem consideravelmente, na maioria dos exemplos elas são mantidas.

No entanto, essa atitude ‘respeitadora’ dos agentes normatizantes perante a escolha do tradutor admite controvérsias, pois os diálogos apresentados são pronunciados por crianças ou pré-adolescentes, que não se pressupõe conhecerem a ‘ideal’ distinção entre *este* e *esse*. Portanto, no exemplo 3, podemos observar uma fala que representa situação de diálogo familiar: os agentes normatizantes ao preservarem o *este* demonstram assumir uma postura mais conservadora ou tradicional, mas que, de certa forma, não está condizente com as descrições gramaticais de usos e aplicações dos demonstrativos. Ou seja, a opção de manter as formas *-st-* não só designa um conservadorismo em relação ao discurso tradicional, mas também uma confusão entre o que o discurso tradicional apresenta e a representação de norma individualizada, criada pelo próprio agente, ou editor comercial, em seus manuais comerciais de edição.

Assim como no primeiro livro analisado, o número de ocorrência da forma feminina no plural *essas* e *essa* decaem.

3.4.6 *Moby Dick*

1 – p. 8	
Desta vez, gostaria de pescar as baleias... Essas criaturas me fascinam.	Desta vez, gostaria de pescar as baleias... Essas criaturas me fascinam.
2 – p. 11	
T ₁ : Termino por ver um pouco mais claro: algumas mesas onde marujos bebem; num canto, um balcão, escadas, garrafas e tudo sobreposto por um arco estranho, tão largo que uma diligência poderia ter passado embaixo! O que é esta coisa?	T ₂ : Há algumas mesas com marujos bebendo, um balcão de canto, escadas, garrafas e, acima de tudo, um estranho arco, largo o bastante para dar passagem a uma diligência! Que é isso ?
3 – p. 34	
T ₁ : – Logo a caçada vai poder começar mas, eu, o que eu preciso encontrar é uma imensa baleia branca de testa enrugada, de maxilar retorcido e com buracos em sua nadadeira caudal. Não há duas como essa. Veem esta peça?	T ₂ : – A caçada vai começar em breve, mas o que eu busco é uma imensa baleia branca, de fronte enrugada e mandíbula torta, com furos na nadadeira caudal. Não há outra como ela. Veem isso ?
4 – p. 37	
T ₁ : – Mas sua baleia é Moby Dick, capitão!... Moby Dick! A baleia branca!	T ₂ : – Mas essa baleia é Moby Dick, capitão!... Moby Dick! A baleia branca!
5 – p. 39	
T ₁ : Com a força dos remos, aproximamo-nos, até que o arpoador, de pé na frente, possa lançar seu terrível arpão. Quando ele espeta o monstro, este foge e mergulha.	T ₂ : Com a força dos remos, aproximamo-nos, até que o arpoador, de pé na frente, possa lançar seu terrível arpão. Quando ele espeta o monstro, este foge e mergulha.
6 – p. 49	
T ₁ : Ela termina por se afastar, enquanto a canoa de	T ₂ : Ela termina por se afastar, enquanto a canoa de

Stubb recolhe os marujos e Ahab. Este fica um momento abatido mas logo se recupera. Stubb recolhe os marujos e Ahab. Este fica um momento abatido mas logo se recupera.

Como nos livros anteriores e, principalmente, na editora SM, a maioria das formas *-st-* desaparece em T². E os exemplos relatam a substituição de uma ocorrência do feminino *esta* pela masculina *isso*, o que não foi detectado nos outros livros, isto é, a substituição de gênero também.

Os demonstrativos *esse* e *isso*, que geralmente têm seus números elevados nas tabelas T², não se mostraram expressivos: os agentes

<i>Tabela 4</i>			
<i>Livro: Moby Dick</i>			
Demonst.	T ¹	T ²	Diferença
Essa	1	3	+2
Essas	2	—	—
Esse	9	9	—
Esses	8	3	-5
Esta	2	1	-1
Estas	—	—	—
Este	2	1	-1
Estes	—	—	—
Isso	13	13	0
Isto	—	—	—

normatizantes mantiveram as escolhas do tradutor. Uma característica muito comum na leitura dos textos T¹ e T² desse livro foi a adição de formas *-ss-* em T¹. Ou seja, na tradução inicial muitas vezes não tinha nenhum demonstrativo na forma *-ss-* e, no entanto, na tradução final publicada apareceram as formas *-ss-* em substituição a outros pronomes, como no exemplo 4.

A análise desse livro conclui-se numa postura mais neutra (que é diferente de invisível) dos agentes normatizantes. Não houve uma extensa priorização de um demonstrativo sobre o outro.

Foi possível verificar, também, por meio da leitura dos exemplos que em T¹ (exemplos 1 e 2) o uso das formas *-st-* pelo tradutor, se for analisada em suas propriedades gramaticais, não tem qualquer relação com as prescrições dos gramáticos tradicionais. Ou seja, isso pode ser explicado pela representação normativa de cada tradutor que traz embutida consigo a noção de norma gramatical referente aos demonstrativos e suas aplicações.

3.4.7. *Meu avô era uma cerejeira*

1 – p. 3	T ₁ : Esses avós eram os pais da minha mãe e, como ela, eram mais simpáticos que os outros dois como ela.	T ₂ : Esses avós eram os pais da minha mãe e, como ela, eram mais simpáticos que os outros dois como ela.
2 – p. 7	T ₁ : Nessa época eu ainda não existia, mas imagino que ele já era um tipo especial.	T ₂ : Nessa época eu ainda não existia, mas imagino que ele já era um tipo especial.
3 – p. 16	T ₁ : Isso acontecia uma vez por semana.	T ₂ : Isso acontecia uma vez por semana.
4 – p. 16	T ₁ : Nestes últimos tempos seu avô andava muito doente...	T ₂ : Nestes últimos tempos seu avô andava muito doente...
5 – p. 20	T ₁ : Essa é a última lembrança que tenho da vovó Teodolinda.	T ₂ : Essa é a última lembrança que tenho da vovó Teodolinda.
6 – p. -152	T ₁ : Esta noite vou ficar aqui para cuidar dela.	T ₂ : Esta noite vou ficar aqui para cuidar dela.

Tabela 5

Livro: Meu avô era uma cerejeira

Demonst.	T1	T2	Diferença
Essa	15	23	+8
Essas	5	5	—
Esse	24	07	-17
Esses	10	5	-5
Esta	9	5	-4
Estas	—	—	—
Este	6	3	-3
Estes	3	3	—
Isso	72	45	-27
Isto	2	2	—

Nesse livro, os exemplos mostram uma prática evidente que parece caracterizar a editora Martins Fontes: respeitar o uso normativo tradicional dos demonstrativos. Na maioria das ocorrências de *este* e suas flexões, os agentes normatizantes deixaram como estava, não fizeram mudanças para impor a representação normativa que pressupõe o que é ‘certo’ ou ‘errado’. Ao contrário do que acontece nos livros analisados da editora SM, as formas *-st-* não desaparecem, mas se mantêm em quantidade relativamente considerável.

Pela tabela, podemos inferir também que, diferentemente dos outros livros (da editora SM), aumenta em T² o uso da forma no feminino/plural. Já a forma *isso* foi subtraída em diversos trechos do livro, o que também não é comum nos livros da SM.

De modo geral, nesse livro diminuiu o número de ocorrências dos demonstrativos em T². As mudanças não foram por substituições indistintas, mas supressões dos termos ao longo do texto.

3.4.8 Fábulas por telefone

1 – p. 36	T ₁ : Mas que tipo de país é este ?	T ₂ : Mas que tipo de país é este ?
2 – p. 36	T ₁ : Está vendo isto ?	T ₂ : Está vendo isto ?
3 – p. 49	T ₁ : Vocês sabem que sou o dono desta cidade?	T ₂ : Vocês sabem que sou o dono desta cidade?
4 – p. 50	T ₁ : Isso é muito perigoso.	T ₂ : Isso é muito perigoso
5 – p. 122	T ₁ : Majestade, toque os botões de meu paletó, toque este meu guarda-chuva.	T ₂ : Majestade, toque os botões de meu paletó, toque este meu guarda-chuva.

Demonst.	T1	T2	Diferença
Essa	11	15	+4
Essas	—	—	—
Esse	19	9	-10
Esses	2	2	—
Esta	15	10	-5
Estas	4	3	-1
Este	20	11	-9
Estes	4	2	-2
Isso	42	34	-8
Isto	2	2	—

No caso desse livro, todos os exemplos são situações de fala, diálogos, ou seja, remetem a um discurso oral. Portanto, os agentes normatizantes parecem ter sido mais conservadores quando mantiveram as formas *-st-*, visto que na fala de crianças e adolescentes essas formas não refletem de maneira alguma os usos reais do português brasileiro.

Mas é provável que o que tenha acontecido de fato seja outra coisa: em todos os exemplos retirados desse livro, podemos verificar que os agentes normatizantes foram mais normativos por respeitarem (talvez) ou manterem a escolha da tradutora, não fizeram mudanças indistintas, não priorizaram uma forma sobre a outra.

Quase como regra geral, em praticamente todos os livros, os números das formas com *-st-* diminuem. Mas, nesse livro em específico, foi diferente. Os números não diminuíram e nem aumentaram consideravelmente em relação às formas *-ss-*. Praticamente, eles se mantiveram estáveis, onde havia a ocorrência de 2 permaneceram os 2. As diminuições foram poucas, inexpressivas em relação aos outros livros.

Os números das ocorrências das formas com *-ss-* diminuíram, o que não observamos em outros livros. Essa diminuição não se deu pelo fato de eles terem sido

substituídos pelos demonstrativos com *-st-*, nesse caso não houve a troca indistinta, mas somente a supressão dos demonstrativos *esse* e *isso* em algumas frases.

3.5 Constações gerais das análises dos livros

As análises dos livros da editora SM nos permitem concluir que suas produções textuais admitem mais interferências no texto, os agentes normatizantes agem mais e, portanto, os tradutores têm suas escolhas alteradas. Isso não se generaliza e nem pode se configurar como uma afirmação das normas tradutórias da editora SM. Somente no caso dos livros analisados em questão é que podemos tirar essas primeiras conclusões.

As formas *-ss-* são priorizadas em todos os livros da SM. Se observarmos as tabelas, as formas *-st-* tem números de ocorrências inexpressivos se comparados às *-ss-*.

Já a editora Martins Fontes apresenta um quadro mais estável no que concerne ao ‘respeito’ às escolhas da tradutora e às interferências no texto. Nas análises dos livros da Martins Fontes, o número de ocorrências dos demonstrativos é bem pequeno. As substituições entre os grupos *-st-* e *-ss-* são ínfimas se comparadas aos outros livros. Quando as ocorrências de formas *-ss-* diminuem em T², elas podem ser explicadas não pelo fato de terem sido substituídas, mas por supressões que ocultam as formas dos demonstrativos.

De modo geral, existem razões de escolha e algum acordo entre tradutores e editores, razões que desconhecemos nesse trabalho. Não sabemos se existiu, de fato, um contrato estipulando o que devia ou não ser utilizado e quais termos priorizar. E não podemos sequer afirmar que se trata de práticas recorrentes das editoras em específico, pois analisamos uma parcela ínfima de traduções e não dispomos de *corpus* e análises suficientes para fazer tais afirmações.

Nosso objetivo aqui, vale ressaltar, foi utilizar esses livros como ilustração dos processos de *normatização* que incidem sobre toda e qualquer obra traduzida que vem a ser publicada por editora comercial.

De modo geral, é fácil perceber que prevalecem nas tabelas os demonstrativos das formas *-ss-*, que são em quantidades bem maiores que as *-st-*. Parece que os tradutores se deixaram levar por uma tentativa de escrever ‘certo’, mantendo o sistema ternário clássico do português, enquanto os agentes normatizantes da editora (sobretudo da SM) foram mais ‘liberais’ ou ‘brasileiros’ ao trocar o *este* para *esse*.

Quando os agentes normatizantes optam por uma postura mais ‘brasileira’, eles ratificam, no processo tradutório comercial dos livros analisados, o que alguns estudos linguísticos já vêm comprovando: a predominância do uso de *esse* em substituição a *este*. Ou seja, retomando a discussão em torno da norma, eles permaneceram no âmbito da normalidade dos usos dos demonstrativos, sem priorizar o seu aspecto normativo, prescritivo.

Podemos verificar também que a sistemática substituição de *este* por *esse* contraria a hipótese de Nascentes (1965) de que o *este* suplantaria o *esse*, constituindo um sistema binário *este/aquele*. Afinal, o que acontece é, justamente, o inverso: ocorre uma disputa entre os dois primeiros e o que se comprova é a predominância da forma *esse* e flexões.

Embora as gramáticas apresentadas relativizem o uso do *esse* e *este* e enfatizem o fenômeno do uso indiscriminado dos dois, o que se percebe, nesse trabalho, é a predominância de um só dos grupos de formas (-ss-) sobre o outro. Nesse sentido, verificamos uma representação de norma em T² menos normativa do que a dos tradutores.

O *corpus* utilizado forneceu 1.610 ocorrências de demonstrativos; das quais 1.366 é o total de ocorrências das formas -ss- e 244 é o total de ocorrências das formas -st- encontradas nos livros. A tabela abaixo apresenta os números exatos de ocorrências da tradução inicial (T¹) e na tradução final publicada (T²) das duas formas de demonstrativos. Esses números contam apenas com os demonstrativos de 1^a e 2^a pessoa (e suas respectivas flexões).

Tabela 7: Total de ocorrências de demonstrativos no corpus

	-ss-	-st-
T¹	718	180
T²	648	64
Total	1.366	244

As tabelas permitem uma interpretação das semelhanças, diferenças, regularidades e irregularidades observadas. Os indicadores têm como objetivo subsidiar análises. Eles materializam toda a pesquisa de coleta dos demonstrativos no *corpus*, viabilizando os modos de responder e discutir os problemas e questões dessa pesquisa.

Podemos também constatar da análise dos livros outros tipos de fenômenos que ainda podem ser estudados: existe, por exemplo, uma forte tendência em simplificar o que

o tradutor faz, modificações como retirar termos ou, até mesmo, trocar determinados vocábulos por outros mais simples, de fácil compreensão, mas isso pode ser explicado talvez porque são livros destinados a uma faixa etária específica (infantojuvenil).

Esta é uma pesquisa que tenta contribuir para o estudo da variação e mudança sociolinguística na escrita monitorada de falantes cultos num campo específico: o da tradução. Na tradutologia, ela incita ao desenvolvimento de pesquisas sobre o processo invisível da tradução: do tradutor ao mercado consumidor.

As relações de representação de norma contribuem, também, para o levantamento de questões quanto à atividade do tradutor — a sempre alegada invisibilidade — pois este muitas vezes não se reconhece no próprio texto quando publicado. O tradutor além de invisível tem pouca autoridade sobre seu próprio texto: suas escolhas podem ser modificadas e, muitas vezes, sem que isso lhe seja comunicado previamente.

Os estudos sobre norma linguística e tradução ainda são poucos, mas já se configuram como um novo patamar nas pesquisas sociolinguísticas e, também, tradutológicas. Essas pesquisas, em novos âmbitos, muito contribuirão para o esclarecimento dos processos de normatização linguística.

CONCLUSÃO

De modo geral, podemos concluir dessa pesquisa que estudar a língua implica reconhecer as relações de poder que ela envolve. E quando falamos em poder, logo nos remetemos inevitavelmente a toda discussão em torno da *norma*, em torno da relação norma linguística e tradução, dos processos de condicionamento da atividade tradutória.

A relação entre norma linguística e tradução, estabelecida nesse trabalho, almeja mostrar não só como dois campos aparentemente tão distintos podem se complementar, mas, principalmente, como a tradução é uma atividade (linguística) ainda pouco observada sob a ótica das relações de poder implícitos.

Podemos verificar também que embora a norma linguística seja constantemente mencionada, seja em suas qualidades ou em suas problematizações, ela é uma entidade que passa ‘quase’ despercebida em leituras, em traduções, em publicações.

Foi necessário buscar alicerces na sociologia e na sociolinguística para explicar por que a tradução está submetida à norma linguística estabelecida por editores comerciais, por manuais, por gramáticos, entre outros atores sociais.

A interferência linguística no processo de normatização pode ser entendida como uma forma de poder implícito que atinge a tradução comercial. Retomando as palavras de Mona Baker, a natureza e as pressões exercidas nesse processo sempre deixam marcas na língua da tradução. Nesse trabalho, esses traços podem ser caracterizados pelas representações normativas dos demonstrativos por cada agente *normatizante*.

De modo geral, esse trabalho teve o intuito de propor, essencialmente, o reconhecimento da tradução comercial enquanto uma atividade produzida por vários agentes (para além dos tradutores), que compõem um processo de produção da tradução final a ser publicada. Esse procedimento está baseado em etapas por que passa a tradução inicial (T¹), entregue pelo tradutor, que passa pelas mãos de outros agentes, chamados *agentes normatizantes*, até chegarem à publicação final (T²).

Na sociologia da linguagem a normatização está relacionada, se não for a mesma coisa, à padronização. É evidente que não encontramos nesse trabalho um comportamento padrão em que as formas *-st-* são sempre substituídas pelas formas *-ss-*, podemos afirmar que existe uma tendência (que na fala já é mais perceptível) que prioriza o uso das formas com *-ss-*. Isso nós pudemos observar através das tabelas que, em sua maioria, apresentam números maiores das formas *-ss-* tanto em T¹ quanto em T².

Os resultados encontrados condizem com o que alguns gramáticos abordam em suas gramáticas. Porém, o que não se consegue compreender é como manuais de estilo de editoras, manuais comerciais tendem a ser mais tradicionais do os próprios gramáticos tradicionais.

É importante ressaltar que, embora o conceito de norma tenha sido delimitado para essa pesquisa e também o conceito dos demonstrativos e suas descrições de uso, a análise do *corpus* não quer demonstrar somente que existe uma realidade de prática de escrita que está em desacordo com o que prescrevem as gramáticas normativas sobre o uso da língua. Mas, também, demonstrar que qualquer norma ou modelo, além de se posicionar frente às variedades que constituem a língua, deve reconhecê-las como regularidades de comportamentos que podem, posteriormente, modificar os padrões estabelecidos.

Um fator muito importante e, infelizmente, não retratado nesse trabalho foi a questão da invisibilidade do tradutor. Em conversas com tradutores, eles afirmam que nem sempre são consultados sobre suas escolhas e nem mesmo sobre mudanças feitas em seu texto.

Embora as discussões estejam centradas, principalmente, no domínio da linguística, não podemos esquecer que existe um sujeito tradutor, antes de qualquer interferência no texto pelos *agentes normatizantes* da editora. O agente inicial, o tradutor, entrega sua tradução inicial (T¹) para a editora (início do processo editorial); em seguida, esse texto inicial passa por diferentes agentes normatizantes que estabelecem suas respectivas correções normativas, modificando o texto. Tudo isso até sair o texto publicado (T²).

Em muitos casos, o tradutor não participa das escolhas efetuadas no processo de editoração da sua tradução, ele não reconhece a sua própria tradução, não se reconhece em seu próprio texto. Num desabafo contra esse estado de coisas, o linguista, escritor e também tradutor Marcos Bagno publicou, na revista *Caros Amigos*, em fevereiro de 2009, o manifesto *Deixem eu ser brasileiro!*, que reproduzimos aqui, à guisa de conclusão desse trabalho:

Sou tradutor profissional há mais de vinte e cinco anos e a experiência acumulada nesse tempo me confere uma cristalina certeza: os revisores que trabalham nas nossas editoras pertencem a uma seita secreta com a missão de boicotar ao máximo o português brasileiro, impedir que ele se consagre na língua escrita para preservar tanto quanto possível a norma-padrão obsoleta que eles julgam ser a única forma digna de receber o nome de "língua portuguesa". Sempre fico irritado quando recebo os meus exemplares de tradutor e, ao reler o que escrevi, encontro uma infinidade de "correções" que representam a obsessão paranóica de

expurgar do texto escrito qualquer "marca de oralidade", qualquer característica propriamente brasileira de falar e de escrever o português. É sistemático, é premeditado (só pode ser). Todos os "num" e "numa" que uso são devidamente desmembrados em "em um" e "em uma", como se essas contrações, presentes na língua há mais de mil anos, fossem algum tipo de vício de linguagem. Me pergunto por que não fazem o mesmo com "nesse", "nisso" etc., ou com "no" e "na". Por que essa perseguição estúpida ao "num", "numa"? O mesmo acontece com o uso de "tinha" na formação do mais-que-perfeito composto: "tinha visto", "tinha dito", "tinha falado" são implacavelmente transformados em "havia visto" etc., embora qualquer criancinha saiba que o verbo "haver", no português brasileiro, é uma espécie em extinção, confinada a raríssimos ecossistemas textuais... É claro que o sintoma mais visível e gritante desse boicote consciente ao português brasileiro é a putrefacta colocação pronominal. A próclise, isto é, o pronome antes do verbo, é veementemente combatida, ainda que ela seja a única regra natural de colocação dos pronomes oblíquos na nossa língua. O combate é tão furibundo que até mesmo onde a tradição gramatical exige a próclise ela é ignorada, e os livros saem com coisas como "não conheço-te", "já formei-me", "porque viram-nos". Isso para não mencionar a jurássica mesóclise, que alguns necrófilos ainda acham que é uma opção de colocação pronominal, desprezando o fato de que se trata de um fenômeno gramatical morto e enterrado na língua dos brasileiros há séculos. Senhoras revisoras e senhores revisores, deixem a gente escrever em português brasileiro, pelo amor de Oxum! Consultem os seus calendários: estamos no século 21! Não estudar um pouco, saiam de sua redoma de vidro impermeável às mudanças da língua e venham aprender como se fala e se escreve o português do Brasil! Leiam alguns verbetes dos nossos melhores dicionários e aprendam que não tem nada de errado em escrever "assisti o filme", "deixa eu ver", que a forma "entre eu e você" não é nenhum atentado contra a língua, nem muito menos "eu custo a crer"! Esqueçam o que dizem pasquales, sacconis e squarisis, esses charlatães da gramática que não enxergam um palmo adiante do nariz! Ouçam os apelos de José de Alencar, Mário de Andrade, Monteiro Lobato e tantos outros que há tanto tempo pedem, suplicam, imploram: deixem eu falar e escrever na minha língua, na língua que é a única capaz de expressar meus sentimentos, emoções e idéias! Deixem eu ser brasileiro, deixem eu escrever para ser entendido pelos meus contemporâneos!

BIBLIOGRAFIA

- ALÉONG, S. (2002). Normas linguísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica. In: BAGNO, M. (org.) *Norma linguística*. Trad.: Marcos Bagno. São Paulo: Edições Loyola.
- ALVAREZ, M. C. (2002). Sociedade, norma e poder: algumas reflexões no campo da sociologia. In: BAGNO, M. (org.): *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola.
- AZEREDO, J. C. (2008). *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha/Instituto Antonio Houaiss.
- BAGNO, M (2001). Introdução: normas linguísticas e outras normas. In: BAGNO, M. (org.) *Norma linguística*. São Paulo: Edições Loyola, p. 11.
- _____ (2002) (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola.
- _____ (2003). *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola.
- _____ (2011a). *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- _____ (2011b). Que é uma língua? Imaginário, ciência & hipóstase. In: LAGARES, X. e BAGNO, M. (orgs.): *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola.
- _____ (2012). Norma linguística, hibridismo & tradução, *Traduzires*, vol. 1, n. 1, Brasília: Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução/Universidade de Brasília.
- BAKER, M. (1998). Réexplorer la langue de la traduction: une approche par corpus. *Meta*, XLIII, 4.
- BECHARA, E. (1999). *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna.
- BORTONI-RICARDO, S. M. (2006). *Nós chegemu na escola, e agora? Sociolinguística e educação*. São Paulo: Parábola.
- CALVET, L.-J. (2002). *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Trad.: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola.
- CASTILHO, A. T. (1993). Os mostrativos no português brasileiro. In: CASTILHO, A. (org.): *Gramática do português falado*. Campinas: Unicamp.
- _____ (2010). *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto.
- CASTORIADIS, C. (1982). *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- COSERIU, E. (1979) *Sincronia, diacronia e história*. Rio de Janeiro/São Paulo: Presença/EDUSP.

CUNHA, C.; CINTRA, L. (2001). *Nova gramática do português contemporâneo*. 3ª edição: Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

CUNHA, C. (1970): *Lingua portuguesa e realidade brasileira*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

_____ (1985). *A questão da norma culta brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro.

DURKHEIM, É. (1978): *As regras dos método sociológico*. In: _____. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural.

FARACO, C. A. (2008): *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola.

FOUCAULT, M. (1979): Soberania e Disciplina. In: _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

GILBERT, M. (1996): Norma. In: OUTHWAITE, W; BOTTOMORE, T. *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

HOUAISS, A. (2009). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.

LUCCHESI, Dante. (2002). Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, M. (org.) *Norma linguística*. São Paulo: Loyola.

MELVILLE, H. (2011). *Moby Dick*. Tradução: Carlos Frederico Barrère Martin. São Paulo: Moitará.

NANETTI, A. (2007). *Meu avô era uma cerejeira*. Trad.: Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Martins Fontes.

NASCENTES, A. (1965). “Êste”, “êsse”. In: Miscelânea Clóvis Monteiro. Rio de Janeiro: Editora do Professor.

PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. (2003) (orgs.). *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contracapa/Faperj.

PARONUZZI, F. (2011). *Dez anos e nove meses*. Trad.: Rita Jover-Faleiros, Heitor Ferraz de Mello e Camila Nassif. São Paulo: SM.

REY, A. (2001). Usos, julgamentos e prescrições linguísticas. In: BAGNO, M. (org.) *Norma linguística*. Trad.: Marcos Bagno. São Paulo: Loyola.

RIOT, E. (2009). *100 números para sonhar um mundo diferente*. Trad.: Marcos Bagno. São Paulo: Comboio de Corda, 2009.

RODARI, G. (2006). *Fábulas por telefone*. Trad.: Silvana Cobucci Leite. São Paulo: WMF Martins Fontes.

SARAIVA, F. R. S. *Novíssimo dicionário latino-português*. Editora livraria Garnier, BH-RJ, Brasil, 2000.